

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 90001/2024

CÂMARA MUNICIPAL DE PARÁ DE MINAS

UASG 928446

OBJETO:

Contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviço especial de engenharia para **eliminação de infiltração e selamento estrutural em estrutura de concreto armado por meio da aplicação, sob alta pressão, do produto *Liquelástico VD-7007***, a fim de interromper o processo de corrosão e deterioração da estrutura e eliminar infiltrações presentes nos 2º, 4º e 5º pavimentos do prédio sede da Câmara Municipal de Pará de Minas.

VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO:

R\$ 627.264,78 (Seiscentos e vinte e sete mil, duzentos e sessenta e quatro reais e setenta e oito centavos)

DATA E HORÁRIO DA SESSÃO PÚBLICA:

31/10/2024 às 09h (horário de Brasília)

SÍTIO ELETRÔNICO:

<https://www.gov.br/compras/pt-br>



CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor preço global.

REGIME DE EXECUÇÃO:

Empreitada por preço unitário.

MODO DE DISPUTA:

Aberto

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 37/2024
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 01/2024
EDITAL 01

Torna-se público que a **CÂMARA MUNICIPAL DE PARÁ DE MINAS**, inscrita no CNPJ sob o nº 20.931.994/0001-77, sediada na Avenida Presidente Vargas, nº 1935, Bairro Senador Valadares, nesta cidade de Pará de Minas/MG, por meio da Divisão de Compras e Gestão de Contratos, realizará licitação na modalidade **CONCORRÊNCIA**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), do [Decreto nº 7.983, de 08 de abril de 2013](#), da [Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#), da [Lei Municipal nº 5.142, de 07 de fevereiro de 2011](#), da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 73 de 30 de setembro de 2022](#), da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 91, de 16 de dezembro de 2022](#), do [Ato da Mesa Diretora nº 01/2024](#) desta Casa e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Agente de Contratação: Nathaly de Oliveira Celestino Moreira

Equipe de Apoio: Fernanda Teixeira Almeida

Agente de Contratação e Equipe de Apoio designados pela [Portaria nº 27, de 25 de abril de 2024](#).

I – DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de **serviço especial de engenharia para eliminação de infiltração e selamento estrutural em estrutura de concreto armado por meio da aplicação, sob alta pressão, do produto *Liquelástico VD-7007***, a fim de interromper o processo de corrosão e deterioração da estrutura e eliminar infiltrações presentes nos 2º, 4º e 5º pavimentos do prédio sede da Câmara Municipal de Pará de Minas, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto descritas no Edital e as constantes no CATMAT e/ou CATSER, **prevalecerão as especificações deste Edital.**

II – DO CADASTRAMENTO NO SISTEMA E DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar desta Concorrência os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – **SICAF** – e perante

o sistema eletrônico de compras do Governo Federal, por meio do sítio eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o **terceiro dia útil anterior** à data prevista para recebimento das propostas.

2.1.2. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar desta Concorrência deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto ao Portal de Compras do Governo Federal (<https://www.gov.br/compras/pt-br/fornecedor>), **de forma gratuita**, onde também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento, bem como receber as instruções detalhadas de sua correta utilização.

2.1.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.1.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados neste item e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.1.5. A não observância do disposto neste item poderá ensejar **desclassificação** na licitação.

2.2. Poderá participar da presente licitação pessoa jurídica do ramo pertinente e compatível com o objeto licitado, apta ao fornecimento do objeto e que atenda aos requisitos deste ato convocatório e aos da legislação específica.

2.3. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no art. 16 da Lei nº 14.133/2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual – MEI, nos limites previstos na Lei Complementar nº 123/2006.

2.4. Não poderão participar da presente licitação, direta ou indiretamente, isoladamente ou em consórcio, **pessoas jurídicas** que, por qualquer motivo:

- a) não atendam às condições deste Edital e seus anexos;

- b) que tenham tido sua falência declarada, que se encontrem sob concurso de credores ou em dissolução ou em liquidação;
- c) mantenham vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, conforme art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133/2024;
- d) estejam elencadas no demais incisos do art. 14 da Lei nº 14.133/2021;

2.5. As sociedades cooperativas poderão participar deste certame desde que satisfaçam os requisitos estipulados pelo art. 16 da Lei nº 14.133/2021.

2.6. A participação no certame de empresas em recuperação judicial, com plano de recuperação acolhido judicialmente, e empresas em recuperação extrajudicial, com plano de recuperação homologado judicialmente, fica condicionada à apresentação de certidão positiva de recuperação judicial e de certidão de aptidão econômica e financeira emitida pelo juízo em que tramita a recuperação judicial.

2.7. É **vedada** a participação de pessoas jurídicas reunidas em consórcio, qualquer que seja a sua forma de constituição.

2.7.1. Considerando que é ato discricionário da Administração diante da avaliação de conveniência e oportunidade no caso concreto e considerando que existem no mercado diversas empresas com potencial técnico, profissional e operacional suficiente para atender satisfatoriamente às exigências previstas neste edital, entende-se que é conveniente a vedação de participação de empresas em “consórcio” na presente licitação, conforme disposto no **item 4.6** do Projeto Básico (**Anexo I**)

2.8. Constatada a ocorrência objetiva de uma das hipóteses de impedimento de participação previstas neste Capítulo, o Agente de Contratação relatará o fato em campo próprio do sistema e concederá à respectiva licitante a oportunidade de manifestação acerca da matéria e, eventualmente, a comprovação do afastamento dos efeitos da causa impeditiva de participação no certame.

III – DO CADASTRAMENTO DA PROPOSTA NO SISTEMA

3.1. Os licitantes deverão cadastrar a proposta comercial **exclusivamente** por meio do sistema eletrônico, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando então encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

3.1.1. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta cadastrada no sistema **até a abertura da sessão pública.**

3.2. Deverá ser consignado, na forma expressa no sistema eletrônico, **o preço unitário e total de cada item**, observados o quantitativo e a unidade de medida do objeto a ser contratado, conforme o Projeto Básico (**Anexo I**).

3.2.1. Os valores deverão ser expressos em algarismo arábico, em moeda corrente nacional, devendo ser apresentado com precisão de 02 (duas) casas decimais.

3.2.2. Na hipótese de apresentação de preços com mais de **02 (duas)** casas decimais, serão desprezados todos os valores a partir da 3ª (terceira) casa decimal, refazendo-se os cálculos para efeito de julgamento.

3.2.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

3.2.4. Os preços propostos serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração dos valores, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto, devendo arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta.

3.3. Para o adequado cadastramento da proposta, o licitante deverá consignar, nos campos próprios, as informações exigidas pelo sistema, observando, para tanto, as especificações constantes deste Edital.

3.3.1. O campo “Descrição Detalhada do Objeto Ofertado” será destinado às informações complementares da proposta, observados as condições e os prazos constantes do Projeto Básico (**Anexo I**).

3.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

3.5. **Não** serão classificadas as propostas em desconformidade com este Edital.

3.6. Quando do cadastramento da proposta, o licitante deverá preencher, em campo próprio do sistema eletrônico, as seguintes **declarações**:

- a) está ciente e concorda com as condições contidas neste Edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para



atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação;

- b) não existem fatos impeditivos para a sua habilitação na presente licitação e que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- c) não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição;
- d) não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observado o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- e) cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.7. A licitante que se enquadre na definição de microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, sob as penas da Lei, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar n. 123/ 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133/ 2021.

3.8. A licitante que deixar de prestar a declaração de enquadramento como ME/EPP não poderá usufruir dos benefícios previstos na Lei Complementar 123/2006, ainda que se enquadre como uma das beneficiárias.

3.9. A licitante organizada em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133/2021.

3.10. A falsidade da declaração sujeitará a licitante às sanções prevista na Lei nº 14.133/2021 e neste Edital.

3.11. Não haverá ordem de classificação na etapa de cadastramento da proposta pela licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.12. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

3.12.1. Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.

3.13. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

3.14. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

IV – DA SESSÃO PÚBLICA

4.1. A abertura da sessão pública desta Concorrência dar-se-á automaticamente no sítio eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>, na data e na hora indicadas no preâmbulo deste Edital.

4.2. Durante a sessão pública, a comunicação entre o Agente de Contratação e os licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens em campo próprio do sistema eletrônico (“chat”).

4.2.1. Diante da indisponibilidade momentânea do campo próprio do sistema eletrônico, o licitante deverá formalizar o apontamento de imediato e exclusivamente pelo e-mail agentecontratacao@camarapm.mg.gov.br, sob pena de preclusão da oportunidade de alegação da matéria, devendo o Agente de Contratação registrar o fato no “chat” e relatar o teor das comunicações.

4.3. Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública da Concorrência, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios em razão de sua própria desconexão ou diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema.

4.4. Se ocorrer a desconexão do Agente de Contratação no decorrer da etapa de lances e o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

4.5. No caso de a desconexão do Agente de Contratação persistir por tempo **superior a 10 (dez) minutos**, a sessão da Concorrência será **suspensa automaticamente** e terá reinício somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após **comunicação expressa** aos participantes no sítio eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

4.6. O Agente de Contratação poderá suspender a sessão pública do certame, justificando no “chat” os motivos da suspensão e informando a data e o horário previstos para a sua reabertura.

4.7. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

V – DO INÍCIO DA DISPUTA E DA VERIFICAÇÃO DE CONFORMIDADE DAS PROPOSTAS

5.1. A fase de lances desta Concorrência será processada pelo modo de disputa **aberto**.

5.1.1. A etapa de envio de lances durará **dez minutos** e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos último dois minutos do período de duração desta etapa.

5.1.2. A prorrogação automática da etapa de envio de lances, de que trata o **subitem 5.1.1**, será de **dois minutos** e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se trata de lances intermediários.

5.1.3. Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida nos subitens anteriores, a etapa será encerrada automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem crescente de classificação.

5.2. A verificação da conformidade da proposta será feita **exclusivamente** na fase de julgamento, *ressalvado* o disposto no **item 5.3**.

5.3. Durante a etapa de envio de lances, tendo por fundamento o disposto nos arts. 5º, 9º 11 da Lei nº 14.133/2021, o Agente de Contratação poderá **desclassificar** a proposta que possa comprometer a regularidade do certame, a dinâmica da disputa e/ou causar prejuízo à competitividade do processo licitatório, assim compreendidos:

5.3.1. a proposta que apresente objeto em manifesta desconformidade com as características especificadas no edital ou que apresente elemento que possibilite a pronta identificação do licitante;

5.3.2. a proposta com preços manifestamente inconsistentes ou com presunção absoluta de inexecutabilidade.

5.4. Serão considerados preços manifestamente inconsistentes quando ofertado valores ou percentuais simbólicos, irrisórios ou nulos, claramente incompatíveis com os praticados pelo mercado.

5.5. Mediante despacho fundamentado registrado no sistema e acessível a todos, o Agente de Contratação apresentará as razões para a prévia desclassificação da proposta, esclarecendo os motivos que ensejaram a decisão, em vista do disposto no **item 5.3.**

VI – DA FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. Aberta a etapa competitiva, os licitantes classificados poderão encaminhar **lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico**, sendo imediatamente informados do horário e do valor consignado de cada lance.

6.2. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado no sistema.

6.3. Durante o transcurso da sessão, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação do ofertante.

6.4. Os lances apresentados e levados em consideração para efeitos de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade do licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

6.4.1. O licitante poderá, *uma única vez*, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de **15 (quinze) segundos** após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

6.5. Durante a “etapa aberta” da fase de lances, o Agente de Contratação poderá excluir, justificadamente, o lance cujo valor seja manifestamente inexecutável.

6.5.1. A possibilidade de exclusão de lance inexecutável por parte do Agente de Contratação não desonera a licitante da responsabilidade pelo registro da oferta, ainda que haja erro manifesto.

6.6. Para a formulação dos lances, o licitante deverá observar o intervalo mínimo de **1% (um por cento)**.

6.7. Havendo empate nominal entre as ofertas, o sistema aplicará, sucessivamente, o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, quando couber, e, após, se for o caso, serão aplicados os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei nº 14.133/2021.

6.7.1. Persistindo o empate após a aplicação dos critérios referidos nos subitens anteriores, o desempate ocorrerá por meio de sorteio público a ser realizado de forma virtual, consoante instruções previamente comunicadas pelo Agente de Contratação.

6.8. Empatadas as propostas iniciais e não havendo o envio de lances após o início da fase competitiva, aplica-se o disposto no item anterior.

VII – DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

7.1. Aplicam-se à presente licitação as disposições constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006, salvo nas hipóteses previstas no §1º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021.

7.2. Somente farão jus aos critérios de preferência estabelecidos nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006 os licitantes que se enquadrem nos termos do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e do §2º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021, devendo declarar tal condição em campo próprio do sistema na oportunidade de cadastramento da proposta.

7.3. Havendo participação de microempresas e/ou empresas de pequeno porte na sessão de lances nos termos do item anterior, serão observados, antes da declaração da licitante vencedora, os critérios de preferência estabelecidos nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

7.3.1. Encerrada a fase de lances, caso a melhor proposta não tenha sido formulada por microempresa ou empresa de pequeno porte e haja proposta apresentada por alguma licitante enquadrada nesta condição, com valores até **10% (dez por cento)** superior àquela melhor oferta, será considerada empatada com a primeira colocada e proceder-se-á da seguinte forma:

a) a microempresa ou empresa de pequeno porte será convocada a apresentar nova oferta que supere aquela considerada mais bem classificada, no prazo de **5 (cinco) minutos** após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão do direito de preferência, situação em que, atendidas as exigências habilitatórias, será declarada vencedora do certame;

b) não sendo vencedora da fase de lances a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada na forma da alínea anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na condição de ME/EPP e cujas propostas estejam dentro do limite fixado no *caput* deste subitem, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

7.4. Na hipótese de não contratação nos termos previstos acima, será considerada como vencedora da fase de lances a licitante que, originariamente, tenha apresentado a melhor oferta durante a disputa.

7.5. Será concedida **prioridade** na contratação a microempresas e empresas de pequeno porte sediadas em **âmbito local** nas situações em que as ofertas apresentadas por elas sejam **até 10%** (dez por cento) superiores ao menor preço.

7.5.1. A prioridade de contratação de que trata este item decorre de determinação legal, consoante art. 34-B da Lei Municipal nº 5.142/2011, que regulamenta no Município de Pará de Minas o tratamento diferenciado e favorecido às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte de que trata a Lei Complementar Federal nº 123/2006. A referida prioridade visa promover o desenvolvimento econômico e social, de forma a estimular a economia local.

7.5.2. Considera-se âmbito local aquelas empresas sediadas dentro do limite do perímetro urbano de Pará de Minas conforme Lei Complementar nº 4.658/06, delimitado em seu Plano Diretor Municipal.

VIII – DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

8.1. O critério de julgamento adotado será o de **Menor Preço Global**, considerando o menor dispêndio para a Administração, atendidos os parâmetros mínimos de qualidade definidos no Edital e seus anexos.

8.2. O Regime de Execução adotado será o da **empreitada por preço unitário (preço certo de unidades determinadas)**, nos termos do art. 46, inciso I, da Lei nº 14.133/2021. Isto é, haverá a execução do contrato conforme a demanda. O preço é fixado por unidade determinada e os pagamentos correspondem à medição dos serviços efetivamente executados.

IX – DA NEGOCIAÇÃO

9.1. Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, nos termos do art. 61 da Lei nº 14.133/2021, o Agente de Contratação poderá negociar condições mais vantajosas com a licitante mais bem classificada, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação.

9.1.1. Quando a licitante mais bem classificada, mesmo após a negociação, for *desclassificada* em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo para a contratação, a negociação poderá ser feita com as demais licitantes classificadas, respeitada a ordem de classificação.

9.1.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada por todas as licitantes, e registrada na ata da sessão pública que será anexada aos autos do processo licitatório.

X – DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

10.1. O Agente de Contratação solicitará à licitante vencedora o envio da proposta de preços formatada de acordo com o **Anexo III** do edital e devidamente adequada ao último lance, por meio de campo próprio do sistema.

10.1.1. Em se tratando de serviços de engenharia, a licitante vencedora deverá encaminhar a Planilha Orçamentária com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela **CÂMARA**, conforme **Anexo I-B**, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora.

10.1.2. Em caso de problemas técnicos ou operacionais que inviabilizem o envio da proposta pelo sistema, será admitido o envio do respectivo arquivo para o *e-mail* agentecontratacao@camarapm.mg.gov.br, devendo o Agente de Contratação, nessa hipótese, informar no “chat” a data e o horário do recebimento e disponibilizar o conteúdo para os demais licitantes interessados.

10.1.3. O prazo para envio da proposta formatada e eventuais documentos complementares é de no máximo **2 (duas) horas** a contar da convocação pelo sistema, podendo tal prazo ser prorrogado por igual período por solicitação da licitante, mediante justificativa aceita pelo Agente de Contratação, ou de ofício, a critério deste, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos.

10.1.4. Para a contagem do prazo de que trata o subitem anterior, não será considerado o tempo de suspensão da sessão realizada pelo Agente de Contratação.

10.1.5. Em caso de não envio da proposta formatada no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida pelo Agente de Contratação, a licitante será *desclassificada* e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

10.1.6. A proposta será **desclassificada** quando:

- a) contiver vícios insanáveis;



b) não obedecer às especificações técnicas, prazos e condições pormenorizadas no edital;

c) apresentar preços inexequíveis ou permanecer **acima do orçamento estimado** para a contratação;

d) não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
e

e) apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que *insanável*.

10.1.6.1. A **CÂMARA** poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade da proposta ou exigir da licitante que ela seja demonstrada, conforme disposto na **alínea “d”** acima.

10.2. O Agente de Contratação examinará a proposta mais bem classificada quanto à adequação às especificações técnicas do objeto, bem como quanto à compatibilidade dos preços ofertado, que não poderão ser superiores aos valores estimados do(s) item(ns) constante no Projeto Básico (**Anexo I**).

10.2.1. O Agente de Contratação poderá promover **diligência** destinada a embasar sua decisão no que tange ao julgamento da melhor proposta, admitindo a complementação de informações e a juntada posterior de documentos complementares à proposta.

10.2.1.1. O Agente de Contratação reserva-se o direito de solicitar da licitante vencedora, para efeito de análise e, caso entenda necessário, a apresentação das seguintes informações:

a) Esclarecimento quanto às composições dos custos unitários;

b) Esclarecimento quanto às composições do BDI adotado;

c) Comprovação da utilização da marca referenciada no objeto.

10.2.2. Havendo falhas na proposta, o Agente de Contratação deverá empreender diligências para a sua correção e/ou saneamento, de modo que a desclassificação da proposta somente será cabível se os vícios porventura existentes forem *insanáveis*, observando-se, para tanto, o disposto no inciso III do art. 12 da Lei nº 14.133/2021.



10.2.2.1. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pela licitante desde que não haja majoração do preço.

10.2.3. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização de **sobrepço** se dará pela superação dos *custos unitários estimados*, conforme planilha anexa ao Projeto Básico (**Anexo I**).

10.2.4. É *indício* de inexecuibilidade das propostas valores **inferiores a 75%** (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela **CAMÂRA**.

10.2.4.1. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta, o Agente de Contratação deverá, por meio de diligência, aferir a exequibilidade da proposta de preço, ou exigir que o licitante vencedor comprove a exequibilidade da proposta, sob pena de desclassificação conforma **alínea “d”** do **item 10.1.6**.

10.2.4.2. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a **85% (oitenta e cinco por cento)** do valor orçado pela **CAMÂRA**, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta.

XI – DA HABILITAÇÃO

11.1. Os documentos de habilitação necessários e suficientes para demonstrar a capacidade da licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos arts. 62 e 70 da Lei nº. 14.133/2021 são:

11.2. DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO JURÍDICA:

11.2.1. Prova de constituição social, podendo ser, em caso de:

a) empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

b) microempreendedor individual (MEI): Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade site www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor;

c) sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada-EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente



registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

d) sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

e) sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei Federal 5.764/1971;

f) sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede;

11.2.1.1. O documento para habilitação jurídica deverá explicitar o objeto social da empresa licitante, o qual deverá ser *compatível* com o objeto desta licitação, o endereço de sua sede e os atuais responsáveis por sua administração que tenham poderes para assinar documentos em nome da empresa.

11.2.1.2. Os documentos deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

11.3. DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO TÉCNICA:

11.3.1. Capacidade Técnico-Operacional (da empresa licitante):

11.3.1.1. Certidão de Registro da Pessoa Jurídica (empresa licitante) no conselho profissional competente: **Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA**, em plena validade.

11.3.1.2. Atestado(s) de Capacidade Técnico-Operacional: expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a empresa licitante (pessoa jurídica) executou, de forma satisfatória, serviço compatível com as características, o vulto e a complexidade do objeto da presente licitação, assim entendido:

a) O atestado deve comprovar a aptidão da licitante para execução de serviços que atendam às características técnicas, de porte e de tecnologia, que permita estabelecer, por proximidade de características funcionais, técnicas, dimensionais e qualitativas, comparação com os serviços necessários à realização



dos que compõem a presente contratação, em edificações públicas, comerciais ou residenciais, similares ao objeto a ser licitado em percentual de no mínimo **50%** (cinquenta por cento) do quantitativo total estimado do produto a ser aplicado, ou do quantitativo de pontos de aplicação que seria a parcela de maior relevância ou de valor significativo, assim considerados 262 litros ou 937 pontos de aplicação, nos termos do §2º do artigo 67 da Lei 14.133/21.

11.3.2. Capacidade Técnico-Profissional (do responsável técnico):

11.3.2.1. A licitante deverá apresentar **declaração de disponibilidade de pessoal técnico especializado para integrar a equipe que executará os serviços objeto da licitação, assinada pelo representante legal da licitante, devendo fazer parte da equipe:**

- a) 01 (um) profissional de nível superior e formação em Engenharia Civil, que responderá como **responsável técnico** dos serviços;
- b) 03 (três) técnicos que prestarão serviços sob a orientação do responsável técnico.

11.3.2.2. A comprovação do vínculo do responsável técnico com a licitante se fará com a apresentação de cópia dos seguintes documentos: contrato social da licitante em que conste o profissional como sócio; carteira de trabalho (CTPS), ficha de registro de empregado ou contrato de prestação de serviço, em que conste a licitante como contratante; ou, ainda, de declaração de contratação futura do responsável técnico, desde que acompanhada de declaração de anuência do profissional.

11.3.2.3. Certidão de Registro do responsável técnico no conselho profissional competente: **Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA**, em plena validade.

11.3.3. Os responsáveis técnicos indicados e comprovados pela licitante por meio dos atestados acima deverão participar da execução do objeto desta licitação, podendo a Câmara Municipal admitir a sua *substituição* por profissional(is) de experiência equivalente ou superior.

11.3.3.1. Cada responsável técnico só poderá representar uma única empresa participante do certame, sob pena de inabilitação das licitantes.

11.3.4. O(s) atestado(s) deverá(ão) *preferencialmente* estar impresso(as) em papel timbrado da pessoa jurídica que o(s) emitiu, com a descrição do nome completo, do cargo, da função e conter a assinatura legível do responsável e, adicionalmente, conter



dados sobre contatos de telefone e e-mail do responsável pela emissão do(s) documento(s), de forma a possibilitar realização de possíveis e eventuais diligências, caso necessário.

11.3.5. Caso seja necessário e mediante solicitação formal do Agente de Contratação ou Comissão de Contratação, as licitantes deverão disponibilizar todas as informações e documentos que eventualmente se façam necessários à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, como cópia do contrato que deu suporte à contratação, relatórios técnicos e documentos complementares necessários à compreensão das características dos serviços executados.

11.3.7. Se vencer a licitação empresa originária de outro Conselho Regional que não do CREA-MG, esta deverá providenciar as medidas cabíveis junto ao CREA-MG para execução dos serviços em Minas Gerais, conforme determinação da Resolução nº 1.121/2019 do CONFEA.

11.4. DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO FISCAL E TRABALHISTA:

- a)** Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b)** Inscrição no cadastro de contribuintes municipal e estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c)** Prova de regularidade para com a Fazenda Federal conjuntamente com a prova de regularidade relativa à Seguridade Social, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, fornecida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;
- d)** Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio da sede da Licitante mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Estado;
- e)** Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio da sede da Licitante mediante apresentação de certidão emitida pela secretaria competente do Município;
- f)** Certificado de regularidade relativo ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), emitido pela Caixa Econômica Federal;
- g)** Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho.



11.4.1. Caso a licitante seja considerada isenta dos tributos estadual ou municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

11.4.2. A licitante enquadrada como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na LC nº 123/2006, estará dispensada da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

11.5. DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

11.5.1. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede da licitante.

11.6. OUTROS DOCUMENTOS:

11.6.1. A licitante deverá preencher em campo próprio do sistema, sob pena de inabilitação, as declarações indicadas no **item 3.6** deste edital.

11.7. Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas da licitante vencedora.

11.8. A habilitação da licitante será verificada pelo Agente de Contratação por meio do **SICAF**, nos documentos por ele abrangidos e da documentação anexada ao sistema eletrônico pela licitante.

11.9. Os documentos exigidos para fins de habilitação também poderão ser substituídos por registro cadastral emitido pela Câmara Municipal de Pará de Minas, mediante a apresentação do Certificado de Registro Cadastral (**CRC**), desde que dentro do prazo de validade, na forma prevista na Instrução Normativa nº 003/2019 da Câmara Municipal.

11.10. Os documentos exigidos neste Capítulo que não estejam contemplados no **SICAF** ou no **CRC** ao tempo da consulta pela Administração, serão enviados por meio do sistema, em formato digital, quando solicitado pelo Agente de Contratação, até a conclusão da fase de habilitação.

11.6.1. O prazo para envio dos documentos é de, no máximo, **02 (duas) horas**, a contar da convocação pelo sistema, podendo tal prazo ser alargado motivadamente pelo Agente de Contratação a depender das circunstâncias ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal de prorrogação por parte da licitante.

11.6.2. Para a contagem do prazo de que trata o item anterior, não será considerado o tempo de suspensão da sessão realizada pelo Agente de Contratação.

11.6.3. Em caso de não envio dos documentos complementares no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida pelo Agente de Contratação, a licitante será **inabilitada** e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

11.7. O licitante se responsabiliza pela veracidade e autenticidade dos documentos por ele encaminhados.

11.7.1. Havendo dúvida razoável quanto à autenticidade ou em razão de outro motivo devidamente justificado, o Agente de Contratação, a qualquer momento, poderá solicitar ao licitante o envio, em original ou por cópia autenticada, dos documentos remetidos nos termos do item anterior.

11.7.1.1. Os originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados à **Divisão de Compras e Gestão de Contratos da Câmara Municipal de Pará de Minas, situada na Avenida Presidente Vargas, nº 1935, Bairro Senador Valadares, nesta cidade de Pará de Minas/MG**, no prazo estipulado pelo Agente de Contratação.

11.8. Encerrado o prazo para envio da documentação de habilitação, fica **vedada** a substituição ou apresentação de novos documentos, **salvo** em sede de diligência, para:

a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

11.8.1. A apresentação de documentos de que trata o **item 11.8** será realizada em observância ao disposto no **item 11.9** e, findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

11.9. Caso seja necessário, para fins de confirmação, complementação, esclarecimento ou saneamento da documentação de habilitação, ou, ainda, nas hipóteses admitidas no **item 11.8**, o Agente de Contratação, a título de diligência, poderá solicitar à licitante o envio de documentação complementar, por meio do campo de “anexos” do sistema.

11.9.1. Em caso de problemas técnicos ou operacionais que inviabilizem o envio pelo

sistema, será admitido o envio dos respectivos documentos para o e-mail agentecontratacao@camarapm.mg.gov.br, devendo o Agente de Contratação, nessa hipótese, informar no “chat” a data e o horário do recebimento e disponibilizar o conteúdo para os demais licitantes interessados.

11.9.2. O prazo para envio dos documentos é de, no máximo, **02 (duas) horas** a contar da convocação pelo sistema, podendo tal prazo ser alargado motivadamente pelo Agente de Contratação a depender das circunstâncias ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal de prorrogação por parte da licitante.

11.9.3. Para a contagem do prazo de que trata o item anterior, não será considerado o tempo de suspensão da sessão realizada pelo Agente de Contratação.

11.9.4. Em caso de não envio dos documentos de que tratam os **itens 11.8 e 11.9** no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida pelo Agente de Contratação, a licitante será inabilitada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

11.10. Os documentos de habilitação deverão se referir à empresa licitante, salvo quando, comprovadamente, após a data de emissão dos respectivos documentos, haja superveniente alteração contratual ou transferência de acervo técnico.

11.10.1. Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.

11.10.2. Os documentos relativos à habilitação técnica e econômico-financeira poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial.

11.11. Para fins de verificação das condições de habilitação, o Agente de Contratação poderá, diretamente, realizar consulta em bases de dados e/ou em sítios oficiais de órgãos e entidades cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública, constituindo as informações, os dados e/ou os documentos obtidos como meio legal de prova.

11.12. As microempresas ou empresas de pequeno porte, assim declaradas para efeito dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, deverão apresentar **toda** a documentação exigida para a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, **mesmo que esta apresente alguma restrição**.

11.12.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de **5 (cinco) dias úteis**, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, na

forma do art. 43, § 1º, da Lei Complementar nº 123/2006;

11.12.2. A não regularização dos documentos, no prazo previsto no subitem acima, implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções cabíveis, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

11.13. O documento que não tiver prazo de vigência estabelecido pelo órgão expedidor não será habilitante quando o intervalo entre a sua data de expedição ou de revalidação e a data de abertura da presente licitação for superior a **180 (cento e oitenta) dias** corridos.

11.13.1. Excetua-se o documento que, por imposição legal, tenha prazo de vigência **indeterminado**.

11.14. Serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação dos licitantes convocados para a apresentação da documentação habilitatória, após concluídas eventuais diligências.

XII – DA DECLARAÇÃO DA LICITANTE VENCEDORA

12.1. Diante da desclassificação ou inabilitação da primeira colocada, o Agente de Contratação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da que melhor atenda a este edital.

12.2. Constatado que a licitante detentora da melhor proposta atende às exigências habilitatórias fixadas neste edital, a licitante será declarada vencedora.

XIII – DO RECURSO

13.1. Qualquer licitante poderá, no prazo de até **10 (dez) minutos** do término do julgamento das propostas e após o ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua **intenção de recorrer**, *sob pena de preclusão*.

13.1.1. O registro da intenção de recurso deverá ser efetivado *exclusivamente* por meio do sistema, observando-se os procedimentos operacionais estabelecidos na plataforma Compras.gov.br.

13.1.2. Após a declaração final da vencedora do certame, a licitante que tenha registrado a intenção de recurso na forma do **item 13.1** deverá apresentar, em momento único, as **razões recursais**, *exclusivamente* em campo próprio do sistema, no prazo de **3 (três) dias úteis**.

13.1.3. Diante da apresentação das razões recursais, as demais licitantes ficam, desde logo, intimadas a apresentar as contrarrazões, também via sistema, no prazo de **3 (três) dias úteis**, que começará a correr do término do prazo para o registro das razões recursais de que trata o **item 13.1.2.**

13.2. Para a formulação das razões e contrarrazões recursais, *havendo solicitação nesse sentido*, será assegurada aos licitantes interessados vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.2.1. Na análise do recurso, a **CÂMARA** poderá promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo, constituindo meio legal de prova os documentos obtidos.

13.3. O Agente de Contratação poderá reconsiderar ou não a decisão recorrida e, em caso de não reconsideração, os autos serão encaminhados ao Presidente da Câmara Municipal de Pará de Minas para julgamento do recurso, observados os prazos previstos no §2º do art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

13.4. O provimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

XIV – DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

14.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, se houver, o objeto do presente processo licitatório será **adjudicado e homologado** pelo Presidente da Câmara Municipal de Pará de Minas.

14.2. O resultado da Concorrência será divulgado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no Diário Oficial do Município de Pará de Minas (<https://diario.parademinas.mg.gov.br/>), bem como no site da Câmara Municipal de Pará de Minas (<http://www.parademinas.mg.leg.br>).

XV – DA CONVOCAÇÃO PARA A CONTRATAÇÃO

15.1. Depois de homologado o resultado desta Concorrência, o licitante vencedor será convocado para assinar o termo de contrato ou aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo de **5 (cinco) dias úteis**, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções cabíveis.

15.1.1. O prazo de convocação de que trata o **item 15.1** poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, durante seu transcurso, mediante solicitação do licitante vencedor, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela **CÂMARA**.



15.1.2. Será permitida a assinatura eletrônica do contrato, mediante uso da certificação digital ICP Brasil, caso o representante legal da licitante a possua, no mesmo prazo indicado no **item 15.1**.

15.1.3. A **CÂMARA** poderá enviar o contrato para assinatura da licitante, que deverá devolvê-lo assinado no prazo previsto no **item 15.1**.

15.1.4. Caso o licitante vencedor convocado não realize a assinatura do contrato ou instrumento equivalente no prazo estabelecido no **item 15.1**, será *facultado* à Administração convocar os licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, observando-se o disposto nos §§2º e 4º do art. 90 da Lei nº 14.133/2021.

15.2. Por ocasião da assinatura do contrato, a **CÂMARA** verificará se a licitante vencedora mantém as condições de habilitação e, ainda, se atende ao disposto no §4º do art. 91 da Lei nº 14.133/2021.

XVI – DAS PENALIDADES

16.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

- a)** deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Agente de Contratação;
- b)** não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- c)** não celebrar o contrato ou instrumento equivalente ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- d)** apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o processo de licitação;
- e)** fraudar a licitação;
- f)** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- g)** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- h)** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846/2013.

16.2. Com fulcro na Lei nº 14.133/2021, a Administração pode, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Impedimento de licitar e contratar e
- d) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

16.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientação dos órgãos de controle.

16.4. A multa será recolhida em percentual de **0,5% a 30%** incidente sobre o valor do contrato, recolhida no prazo máximo de **15 (quinze) dias úteis**, a contar da comunicação oficial.

- a) Para as infrações previstas nas alíneas “a”, “b” e “c” do **item 16.1**, a multa será de **0,5% a 15%** do valor do instrumento contratual.
- b) Para as infrações previstas nas alíneas “d”, “e”, “f”, “g” e “h” do **item 16.1**, a multa será de **15% a 30%** do valor do instrumento contratual.

16.5. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de sua intimação.

16.6. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

16.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nas alíneas “a”, “b” e “c” do **item 16.1**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município, pelo prazo de 3 (três) anos.

16.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas previstas nas alíneas “d”, “e”, “f”, “g” e “h” do **item 16.1**, bem como pelas infrações administrativas previstas nas alíneas “a”, “b” e “c” do **item 16.1** que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

16.9. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao responsável, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

16.10. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.

XVII – DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

17.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da lei e para solicitar esclarecimento sobre seus termos, devendo protocolar o pedido até **3 (três) dias úteis** antes da data da abertura do certame, *exclusivamente* pelo e-mail agentecontratacao@camarapm.mg.gov.br.

17.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em campo próprio da plataforma Compras.gov.br para conhecimento de todos os interessados no prazo de **3 (três) dias úteis**, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

17.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento, em regra, não suspendem os prazos previstos no certame.

17.3.1. A concessão de efeito suspensivo é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro nos autos do processo licitatório.

17.4. Eventuais modificações no Edital implicarão nova data para a realização do certame na mesma forma de sua divulgação inicial, além do cumprimento dos mesmos prazos de atos e procedimentos originais, **exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.**

17.5. A Câmara Municipal de Pará de Minas não se responsabilizará por impugnações/esclarecimentos endereçadas erroneamente ou por outras formas, e que, por isso, não sejam protocolizadas no prazo legal.

XVIII – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1. O encaminhamento de proposta por meio do sistema eletrônico implica aceitação plena e irrestrita das condições e termos que regem a presente Concorrência Eletrônica por parte do licitante.

18.2. É facultado ao Agente de Contratação, em qualquer fase da concorrência, promover diligências destinadas a esclarecer, sanear ou complementar a instrução do processo desta licitação, constituindo meio legal de prova os documentos obtidos, podendo, também, solicitar, a qualquer tempo, a elaboração de pareceres técnicos destinados a fundamentar suas decisões.

18.3. No julgamento das propostas e na fase de habilitação, o Agente de Contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos e a sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.

18.4. As decisões do Agente de Contratação durante os procedimentos da licitação serão fundamentadas e registradas no sistema com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

18.5. Caso não seja possível decidir de imediato sobre a aceitabilidade da proposta ou dos documentos de habilitação, o Agente de Contratação poderá **suspender** a sessão e marcar nova data para a sua continuidade, intimando todos os participantes a comparecerem.

18.6. As limitações operacionais porventura existentes no Sistema Eletrônico Compras.gov.br decorrentes de imposições normativas restritas ao âmbito do Sistema de Serviços Gerais - SISG, de que trata o Decreto nº 1.094, de 23 de março de 1994, não vinculam a **CÂMARA**, podendo ser adotadas medidas para a sua superação, prevalecendo, nesses casos, a instrução constante do processo administrativo correspondente ao certame.

18.7. Os casos omissos e as dúvidas suscitadas em qualquer fase da presente Concorrência serão resolvidos pelo Agente de Contratação.

XIX – DOS ANEXOS

19.1. Constituem parte integrante do presente edital os seguintes anexos:

Anexo I – Projeto Básico

Anexo I - A – Projeto Executivo

Anexo I - B – Planilha Orçamentária

Anexo I - C – Cronograma Físico-Financeiro

Anexo I – D – Detalhamento do BDI

Anexo I – E – Detalhamento do Encargo Social

Anexo I – F - Fotos

Anexo II – Estudo Técnico Preliminar

Anexo III - Modelo de Proposta Comercial

Anexo IV - Minuta de Contrato

Pará de Minas, 18 de setembro de 2024.

Dilhermando Rodrigues Filho
Presidente da Câmara Municipal de Pará de Minas

ANEXO I – PROJETO BÁSICO

Processo Licitatório nº 37/2024

Concorrência Eletrônica nº 01/2024

1. OBJETO:

Contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviço especial de engenharia para **eliminação de infiltração e selamento estrutural em estrutura de concreto armado por meio da aplicação, sob alta pressão, do produto *Liquelástico VD-7007***, a fim de interromper o processo de corrosão e deterioração da estrutura e eliminar infiltrações presentes nos 2º, 4º e 5º pavimentos do prédio sede da Câmara Municipal de Pará de Minas.

2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

2.1. Da necessidade da contratação

A necessidade da presente contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, constante do **ANEXO II** do Edital.

2.2. Da ausência de elaboração do Plano Anual de Contratação

A Câmara Municipal de Pará de Minas, até o final do ano de 2023, aplicava a Lei 8.666/93 e a Lei do Pregão (10.520/02), uma vez que a Medida Provisória nº 1.167/2023 e, após encerrada sua vigência, a Lei Complementar nº 198/2023, prorrogaram a vigência do antigo regramento de licitação até 30/12/2023 (art. 193, inciso II, da Lei nº 14.133/2021).

O novel diploma normativo, trouxe dentre outros princípios, o Planejamento, sendo que a administração deve prever as ações futuras de modo a adotar as providências mais adequadas e satisfatórias para a finalidade pretendida. Embora seja providência de boa prática administrativa, sua adoção continua sendo **facultativa** aos entes públicos, conforme dispõem os artigos 12, inciso VII e 18 da Lei 14.133/21:

Art. 12. No processo licitatório, observar-se-á o seguinte:

(...)

*VII - a partir de documentos de formalização de demandas, os órgãos responsáveis pelo planejamento de cada ente federativo **poderão, na forma de regulamento, elaborar plano de contratações anual**, com o objetivo de racionalizar as contratações dos órgãos e entidades sob sua competência, garantir o alinhamento*



com o seu planejamento estratégico e subsidiar a elaboração das respectivas leis orçamentárias. (...) Grifamos.

***Art. 18.** A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o inciso VII do caput do art. 12 desta Lei, **sempre que elaborado**, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos: (...) Grifamos.*

Até o presente momento, a Câmara Municipal não possui Plano de Contratação Anual para o exercício 2024, mas já foi elaborado o PCA para o exercício 2025. Assim, diante da faculdade legislativa, justifica-se, por ora, a ausência de previsão da presente contratação em Plano Anual de Contratação.

De qualquer forma, cumpre mencionar que houve o devido planejamento desta contratação, uma vez que foi necessário realizar a primeira adequação, que consistiu na reforma do terraço para garantir o direcionamento adequado do escoamento da água pluvial às grelhas coletoras, com a inclinação necessária. Essa etapa está contemplada e em execução no Processo Licitatório nº 23/2023.

3. CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO

3.1. O objeto deste Projeto Básico enquadra-se na categoria de **bens e serviços especiais de engenharia**, sem dedicação exclusiva de mão de obra, de caráter não continuado, a ser contratado mediante licitação, na modalidade **concorrência**, em sua forma eletrônica.

- a) Enquadra-se como **serviço de engenharia**, uma vez que este é a atividade destinada a garantir a fruição de utilidade já existente ou a proporcionar a utilização de funcionalidade nova em coisa/bem material já existente. Não se cria coisa nova. Pelo contrário, o serviço consiste no conserto, na conservação, operação, reparação, adaptação ou manutenção de um bem material específico já construído ou fabricado. Ou, ainda, na instalação ou montagem de objeto em algo já existente. Objetiva-se, assim, manter-se ou aumentar-se a eficiência da utilidade a que se destina ou pode se destinar um bem perfeito e acabado.
- b) Classificam-se como **serviços especiais** pois envolve uma alta complexidade técnica, exigindo cuidados especiais nas especificações técnicas. Os serviços especiais frequentemente envolvem materiais, equipamentos e métodos de domínio restrito no mercado ou apresentam alto grau de inovação tecnológica. Consequentemente, há poucas empresas e profissionais aptos para sua execução em âmbito local ou regional, os quais podem demandar tecnologias de domínio restrito no mercado, limitando a disponibilidade de empresas capazes de executá-los.

- c) O serviço é considerado **não continuado** por ser realizado com cronograma pré-estabelecido com previsão de início e término e sem alocação de mão de obra exclusiva.
- d) A prestação dos serviços **não** gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

4. FORMA DE CONTRATAÇÃO:

4.1. Tipo de contratação e modalidade: a contratação deverá ser realizada por meio de licitação na modalidade **CONCORRÊNCIA**, sob a forma **ELETRÔNICA**, conforme disposto no art. 6º, inciso XXXVIII c/c art. 28, inciso II e art. 29 da Lei nº 14.133/2021.

4.2. Critério de Julgamento: será adotado o critério de julgamento “**menor preço global**”, sendo declarada vencedora do certame a proposta que, atendidas as especificações do edital, ofertar o menor preço global para o objeto da licitação, nos termos do art. 33, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

4.3. Regime de execução: será adotado o regime de execução de **empreitada por preço unitário (preço certo de unidades determinadas)**, nos termos do art. 46, inciso I, da Lei nº 14.133/2021. Isto é, haverá a execução do contrato conforme a demanda. O preço é fixado por unidade determinada e os pagamentos correspondem à medição dos serviços efetivamente executados. Tal regime é mais apropriado, uma vez que não há possibilidade de se conhecer de antemão, com adequado nível de precisão os quantitativos totais do serviço, assim a execução das “*unidades*” *se dará de acordo com a necessidade observada, com a realização de medições periódicas a fim de quantificar os serviços efetivamente executados e os correspondentes valores devidos* (TCU. Acórdão 1978/2013-Plenário, TC 007.109/2013-0, relator Ministro Valmir Campelo, 31.7.2013).

4.4. Agrupamento de itens: As atividades necessárias para a execução deste serviço não podem ser segmentadas em itens distintos, pois se trata de um único serviço que deve ser desenvolvido de forma integrada e compatibilizada.

4.5. Indicação de marca ou modelo: Na presente contratação admitiu-se a indicação da marca **LIQUELÁSTICO VD-7007**, de acordo com a justificativa técnica da melhor solução, contida no Estudo Técnico Preliminar (**ANEXO II** do Edital), nos termos do art. 41, inciso I, alínea “c”, da Lei nº 14.133/2021.

4.6. Participação ou não de consórcio de empresas: não será admitida a participação de consórcio na licitação.



4.6.1. A permissão de participação em processos licitatórios de empresas reunidas em consórcio é uma decisão discricionária da Administração, devendo ser motivada diante da avaliação de conveniência e oportunidade em cada caso concreto. Sabe-se que a participação de empresas reunidas em consórcio é admitida como forma de ampliação da competitividade, especialmente em licitações de grande vulto financeiro e/ou alta complexidade técnica, em que tais empresas, isoladamente, não teriam condições de suprir as complexidades do objeto. Neste sentido, considerando que existem no mercado empresas com potencial técnico, profissional e operacional suficiente para executar o objeto contratado, bem como atender satisfatoriamente às exigências elencadas no Projeto Básico, entende-se que é conveniente a vedação de participação de empresas em “consórcio” no certame em tela e que a participação de empresas em consórcio não ampliaria sua competitividade, pelo contrário, poderia provocar um aumento injustificado do volume de serviço administrativo nas etapas de contratação e gestão do contrato, com consequente aumento de ônus para a Câmara.

4.7. Previsão de subcontratação do objeto: não será admitida a subcontratação total ou parcial das obrigações assumidas no contrato decorrente desta licitação.

5. PROJETOS:

5.1. A empresa contratada deverá tomar ciência de todos os desenhos anexados ao edital, bem como consultar os projetos da edificação (Arquitetônico, Estrutural, Hidrossanitário, Elétrico, Telefônico, Rede e Cabeamento Estruturado, Circuitos de Alarme com Cerca Elétrica e Monitoramento, Circuitos Internos e Aberto de TV, Som Ambiente, Drenagem de Água Pluvial, SPDA – Sistema de Proteção Contra Descarga Atmosférica, Prevenção e Combate a Incêndio e Pânico e de Drenagem de Subsolo).

5.2. Ressalta-se que os projetos da edificação poderão ser consultados junto à Divisão de Infraestrutura da Câmara Municipal.

6. VISITA PRÉVIA

6.1. Para o correto dimensionamento e elaboração da proposta e para que tome ciência das condições inerentes aos serviços, as licitantes interessadas **poderão** realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços.

- a) **Recomenda-se** que as licitantes façam a vistoria dos locais para entendimento do serviço, esclarecimento de dúvidas previamente ao fornecimento da proposta, pois o serviço inclui alterações e dimensionamentos específicos, não sendo admitida qualquer alegação de desconhecimento ou erro orçamentário por parte da futura contratada quando da execução dos serviços. Destarte, apesar de o órgão técnico entender que o objeto está bem caracterizado no presente Projeto Básico e documentos



anexos, consideramos que a vistoria teria o condão de permitir que as eventuais empresas interessadas no certame possam conhecer *in loco* as efetivas condições do local onde o objeto pretendido deverá ser executado.

6.2. As visitas técnicas deverão ocorrer nos dias úteis, devendo ser agendadas previamente com a Chefe de Divisão de Infraestrutura da Câmara pelo telefone (37) 3237-6070, ou com a Diretoria Administrativa pelo telefone (37) 3237-6029.

6.3. A vistoria técnica é **facultativa**, entendendo-se que a empresa que opte por não a realizar assume que os dados necessários à compreensão do objeto e à elaboração de proposta comercial e técnica estão plenamente contidos neste Projeto Básico e demais documentos relacionados. Dessa forma, as empresas que optarem por não visitar o local não poderão, em hipótese alguma e em nenhum tempo, alegar desconhecimento em relação aos serviços para a elaboração de sua proposta comercial.

6.4. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para abertura da sessão pública.

6.5. Para a vistoria, o licitante ou seu representante, deverá estar devidamente identificado.

7. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

7.1. A habilitação jurídica, a regularidade fiscal e trabalhista e a qualificação econômico-financeira serão definidas no Edital da licitação.

7.2. Para fins de **qualificação técnica**, a licitante deverá apresentar, no mínimo, a seguinte documentação, tanto da empresa como de seu(s) responsável(is) técnicos:

7.2.1. Capacidade Técnico-Operacional (da empresa licitante):

7.2.1.1. Certidão de Registro da Pessoa Jurídica (empresa licitante) no conselho profissional competente: **Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA**, em plena validade.

7.2.1.2. Atestado(s) de Capacidade Técnico-Operacional: expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a empresa licitante (pessoa jurídica) executou, de forma satisfatória, serviço compatível com as características, o vulto e a complexidade do objeto da presente licitação, assim entendido:

a) O atestado deve comprovar a aptidão da licitante para execução de serviços que atendam às características técnicas, de porte e de tecnologia, que permita estabelecer, por proximidade de características funcionais, técnicas,



dimensionais e qualitativas, comparação com os serviços necessários à realização dos que compõem a presente contratação, em edificações públicas, comerciais ou residenciais, similares ao objeto a ser licitado em percentual de no mínimo **50%** (cinquenta por cento) do quantitativo total estimado do produto a ser aplicado, ou do quantitativo de pontos de aplicação que seria a parcela de maior relevância ou de valor significativo, assim considerados 262 litros ou 937 pontos de aplicação, nos termos do §2º do artigo 67 da Lei 14.133/21.

7.2.2. Capacidade Técnico-Profissional (do responsável técnico)

7.2.2.1. A licitante deverá apresentar **declaração de disponibilidade de pessoal técnico especializado para integrar a equipe que executará os serviços objeto da licitação, assinada pelo representante legal da licitante, devendo fazer parte da equipe:**

- a) 01 (um) profissional de nível superior e formação em Engenharia Civil, que responderá como **responsável técnico** dos serviços;
- b) 03 (três) técnicos que prestarão serviços sob a orientação do responsável técnico.

7.2.2.2. A comprovação do vínculo do responsável técnico com a licitante se fará com a apresentação de cópia dos seguintes documentos: contrato social da licitante em que conste o profissional como sócio; carteira de trabalho (CTPS), ficha de registro de empregado ou contrato de prestação de serviço, em que conste a licitante como contratante; ou, ainda, de declaração de contratação futura do responsável técnico, desde que acompanhada de declaração de anuência do profissional.

7.2.2.3. Certidão de Registro do responsável técnico no conselho profissional competente: **Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA**, em plena validade.

7.3. Os responsáveis técnicos indicados e comprovados pela licitante por meio dos atestados acima deverão participar da execução do objeto desta licitação, podendo a Câmara Municipal admitir a sua *substituição* por profissional(is) de experiência equivalente ou superior.

7.3.1. Cada responsável técnico só poderá representar uma única empresa participante do certame, sob pena de inabilitação das licitantes.

7.4. O(s) atestado(s) deverá(ão) *preferencialmente* estar impresso(as) em papel timbrado da pessoa jurídica que o(s) emitiu, com a descrição do nome completo, do cargo, da função e conter a assinatura legível do responsável e, adicionalmente, conter dados sobre contatos de

telefone e e-mail do responsável pela emissão do(s) documento(s), de forma a possibilitar realização de possíveis e eventuais diligências, caso necessário.

7.5. Caso seja necessário e mediante solicitação formal do Agente de Contratação ou Comissão de Contratação, as licitantes deverão disponibilizar todas as informações e documentos que eventualmente se façam necessários à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, como cópia do contrato que deu suporte à contratação, relatórios técnicos e documentos complementares necessários à compreensão das características dos serviços executados.

7.6. Se vencer a licitação empresa originária de outro Conselho Regional que não do CREA-MG, esta deverá providenciar as medidas cabíveis junto ao CREA-MG para execução dos serviços em Minas Gerais, conforme determinação da Resolução nº 1.121/2019 do CONFEA.

7.7. O contrato somente poderá ser assinado após o cumprimento do disposto no item acima.

8. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Local e horário da execução dos serviços:

8.1. Os serviços serão executados na sede da Câmara Municipal de Pará de Minas, localizada na Avenida Presidente Vargas, nº 1.935, Bairro Senador Valadares, em Pará de Minas – MG.

8.2. Os serviços serão prestados no seguinte horário: das 09:00h às 17:00h de segunda a sexta-feira.

Início da execução dos serviços:

8.3. A Contratada deverá iniciar os serviços no prazo no máximo de **5 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de recebimento da Autorização de Fornecimento, sob pena de aplicação das sanções cabíveis.

8.4. A empresa contratada deverá providenciar os registros, anotações, averbações ou quaisquer outros atos similares que sejam obrigatórios, conforme as normas aplicáveis à realização dos serviços de engenharia, fornecendo notícia expressa de sua realização à Câmara.

8.5. A empresa contratada não poderá iniciar qualquer atividade de efetiva execução dos serviços até o integral cumprimento das regras do subitem anterior, salvo previsão em contrário em norma própria.

Prazo para execução dos serviços:

8.6. O prazo para execução dos serviços será de **45 (quarenta e cinco) dias úteis** e seu desenvolvimento deverá obedecer a um ritmo que permita a sua conclusão dentro do prazo.

8.7. A empresa contratada elaborará um **Cronograma Físico-financeiro** para execução dos serviços, procurando respeitar a distribuição de atividades descritas no cronograma previsto no edital. Alterações poderão ser feitas, desde que não infrinjam as boas técnicas para a execução dos serviços. A fiscalização da Câmara poderá solicitar alterações no cronograma proposto pela contratada. De qualquer forma, o prazo total de que trata o **item 8.6** deverá ser respeitado.

Materiais a serem disponibilizados:

8.8. Previamente ao início dos serviços, caberá à Contratada tomar as providências necessárias à mobilização de pessoal, de equipamentos, máquinas, materiais, ferramentas e demais itens inerentes à execução dos serviços, observando a mobilização destes insumos em quantidades e características coerentes com as recomendações técnicas descritas nos documentos integrantes deste projeto básico e com o cronograma para a execução completa dos serviços contratados.

Forma e descrição detalhada da execução dos serviços:

8.9. A Contratada destina-se a execução dos seguintes serviços:

- a) A identificação e mapeamento detalhado de todos os pontos de infiltração de água, a verificação da existência de infiltrações ativas e sua possível origem em tubulações, por meio de testes hidráulicos;
- b) A preparação cuidadosa e cobertura da área onde o tratamento será realizado;
- c) A marcação precisa dos pontos de furo em regiões afetadas por infiltração e umidade;
- d) A execução dos furos designados para a aplicação do Liquelástico VD-7007;
- e) A colocação de fixadores nos furos realizados;
- f) A aplicação sob alta pressão por meio de maquinário adequado;
- g) Por fim, a remoção dos fixadores do concreto e a limpeza minuciosa do local.

8.10. A aplicação do líquido Liquelástico VD-7007 em cada trinca identificada nas lajes de cada ambiente demarcado no **(ANEXO I-A)**, deve atender às seguintes necessidades:

- a) Reparar a camada de impermeabilização;
- b) Promover o selamento das trincas e microfissuras nas regiões tratadas da estrutura de concreto;
- c) Interromper a penetração do gás sulfídrico e carbônico (H₂S e CO₂) e cloretos que estão atacando as ferragens e comprometendo a estrutura;
- d) Selar os pontos de infiltração;
- e) Absorver todas as tensões e movimentos da estrutura, devido a sua flexibilidade permanente;
- f) Utilizar a máquina de eliminar infiltrações VD 777 para realizar a aplicação do líquido Liquelástico VD-7007;

8.11. O produto terá aplicação em micro penetração na superfície porosa da trinca e penetração micro capilar no concreto. Após curado deverá apresentar resistência à tração, resistência à compressão, alongamento elástico e resistência à ruptura.

8.12. O produto só poderá ser usado, se comprovada as condições de estocagem e validade, sendo ela de até **12 (doze) meses** a partir da data de produção, se estocado apropriadamente, nas embalagens originais intactas, em ambientes seco e temperaturas entre +5°C e +25°C.

Garantia dos serviços prestados:

8.13. A Contratada deverá fornecer garantia mínima de **15 (quinze) anos** sobre os serviços executados, materiais utilizados e equipamentos instalados. A contagem do prazo de garantia será iniciada no primeiro dia útil subsequente à data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

- a) Durante este período, a Contratada deverá prestar assistência técnica sem nenhum ônus para a Câmara se qualquer problema for constatado nas áreas contratadas, nos serviços realizados, nos materiais aplicados e nos equipamentos instalados, cabendo à Câmara o acionamento da Contratada para cumprimento da garantia.

Demais informações relevantes para o dimensionamento da proposta:

8.14. A contratada deverá atender ao seguinte:



- a) Adotar todas as medidas e precauções, visando evitar a ocorrência de danos materiais e pessoais a quaisquer indivíduos, seja da equipe efetuando o serviço ou terceiros, sendo a contratada a total responsável por qualquer eventualidade acidental e suas consequências à vítima;
- b) Ser responsável pelos danos causados diretamente à edificação da Câmara Municipal de Pará de Minas ou à terceiros (independente da relação destes com o órgão), decorrentes de suas condutas na execução do contrato;

8.15. Não haverá interrupção das atividades internas do prédio, então todos os cuidados deverão ser tomados para evitar danos aos servidores, à edificação existente e a terceiros, por ocasião da execução dos serviços, ficando o ônus dos reparos por conta da futura contratada.

- a) A Contratada deverá levar em consideração, na execução dos serviços, que os ambientes da Câmara estarão ocupados e os serviços deverão causar o menor impacto possível, principalmente de ruídos, vibrações e geração de materiais particulados que incomodam as atividades normais desenvolvidas na edificação.
- b) Quando necessário, a Contratada deverá sinalizar ou isolar (conforme o caso) convenientemente os locais de trabalho, objetivando dar segurança aos seus funcionários, aos servidores da Câmara ou a terceiros, adotando todas as medidas preventivas de acidentes recomendadas pela legislação vigente.

8.16. Em nenhuma hipótese, a Contratada poderá alegar engano ou erro de projetos para justificar qualquer incorreção na execução dos serviços que não observem a boa técnica. Ou seja, compete à Contratada fazer minucioso estudo, verificação e comparação de todos os desenhos, projetos, especificações e documentação técnica fornecida pela Câmara antes do início dos serviços. Portanto, qualquer divergência, omissão ou erro encontrado decorrente da avaliação deverá ser comunicada imediatamente à fiscalização da Câmara, inclusive qualquer transgressão a normas técnicas, regulamentos ou leis vigentes, sob pena de assumir a responsabilidade e o ônus decorrente dos serviços prestados.

8.17. A Contratada deverá conduzir os serviços com estrita observância às últimas revisões das normas técnicas emitidas pela ABNT; às práticas executivas estabelecidas pelo CREA; às normas de saúde e segurança ocupacional emitidas pelo Ministério do Trabalho e às demais legislações pertinentes ao objeto.

8.18. Os serviços a serem executados, o material e equipamentos a serem utilizados deverão respeitar os Projetos e Planilhas constantes do Edital.

Disposições sobre critérios de sustentabilidade:



8.19. A contratada deverá possuir pleno conhecimento e se responsabilizar pelo descarte adequado dos entulhos provenientes da execução dos serviços, especialmente aqueles relativos a resíduos de laje, de modo a atender às práticas executivas estabelecidas pela Lei nº 12.305/10, que trata da Política Nacional de Resíduos Sólidos, e à Resolução CONAMA 307/02, que define diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos entulhos da construção civil.

8.20. Os responsáveis pela execução dos serviços deverão utilizar Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) conforme exigido pela Norma Regulamentadora NR6, durante toda a execução das atividades, até sua conclusão.

8.21. Caso seja necessário, a contratante disponibilizará uma sala para o armazenamento de produtos e equipamentos. A contratada será responsável pelo controle e guarda desses itens, não podendo responsabilizar a contratante por quaisquer perdas.

8.22. A limpeza do local será de responsabilidade da contratada durante todo o período de execução, devendo manter os ambientes limpos e organizados. A contratada também deverá zelar pelo isolamento de móveis, equipamentos e quaisquer objetos que julgar necessários, a fim de evitar danos à administração.

8.23. A contratada deverá garantir o trabalho seguro das pessoas envolvidas no manuseio de ferramentas, equipamentos e produtos, conforme a legislação vigente do Ministério do Trabalho. Além disso, será responsável por quaisquer ações e/ou omissões relacionadas aos resíduos e rejeitos sólidos, líquidos e derivados nos locais de execução dos serviços, devendo removê-los e promover a devida destinação.

9. MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

9.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

9.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

9.3. As comunicações entre Câmara e a Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

9.4. Após a assinatura do contrato, a Câmara poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para tratar de informações acerca das obrigações contratuais,

dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

9.5. O contrato, ou instrumento equivalente oriundo desta contratação, terá como responsáveis:

- a) **GESTOR DO CONTRATO:** José Carlos Moreira Júnior - Chefe da Divisão de Compras e Gestão de Contratos, conforme art. 3º do Ato da Mesa Diretora nº 07/2023.
- b) **FISCAL DO CONTRATO:** Gabriela da Silva Ferreira – Chefe de Divisão de Infraestrutura, conforme Portaria nº 16/2024.

9.6. Compete ao Gestor do Contrato e, nos seus afastamentos e impedimentos legais, ao seu substituto, a administração do contrato e, nos termos do art. 8º do Ato da Mesa Diretora nº 07/2023, em especial:

- I.** orientar os fiscais de contrato no desempenho de suas atribuições;
- II.** acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato ou terceiros contratados, das ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, e informar à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência;
- III.** acompanhar a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e de pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa, caso necessário, em relatório de riscos eventuais;
- IV.** coordenar a autuação da rotina de acompanhamento e de fiscalização do contrato, cujo histórico de gerenciamento deverá conter todos os registros formais da execução, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais;
- V.** comunicar ao fiscal do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual;
- VI.** coordenar os atos preparatórios relativos à instrução processual e proceder à formalização da celebração de aditivos, prorrogações, reajustes ou rescisões contratuais;



VII. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido por comissão designada especialmente para esse fim.

9.7. Compete ao Fiscal do Contrato e, nos seus afastamentos e impedimentos legais, ao seu substituto, exercer a verificação concreta do objeto e, nos termos do art. 9º do Ato da Mesa Diretora nº 07/2023, em especial:

- I.** prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato com informações pertinentes as suas competências;
- II.** anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;
- III.** emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexatidão ou irregularidade constatada, com a definição de prazo para a correção;
- IV.** informar ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem a sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;
- V.** comunicar imediatamente ao gestor do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas estabelecidas;
- VI.** fiscalizar a execução do contrato para que sejam cumpridas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, com a conferência das notas fiscais e das documentações exigidas para o pagamento e, após o ateste, que certifica o recebimento provisório, encaminhar ao gestor de contrato;
- VII.** realizar o recebimento provisório e definitivo do objeto do contrato, nos termos das disposições editalícias e/ou contratuais;
- VIII.** manifestar, quando for o caso, a intenção de renovação ou prorrogação contratual, após a comunicação do gestor sobre o término de contrato sob sua responsabilidade.

9.8. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Câmara ou a terceiros em razão da execução do objeto, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante, em conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133/2021.

10. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO:

Da Medição:

10.1. Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro (**Anexo I-C**), a Contratada apresentará a medição prévia dos serviços executados, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada, bem como relatório com todo mapeamento de execução com registro fotográfico.

- a) O fiscal acompanhará a execução dos serviços de forma sistemática, devendo, juntamente com a Contratada, realizar a medição precisa dos quantitativos em campo. As medições devem ser rigorosamente precisas, uma vez que serão utilizadas como base para os pagamentos correspondentes.

Do Recebimento do Objeto:

10.2. Os serviços serão recebidos **provisoriamente**, ao final de cada etapa da execução contratual, pelo fiscal do contrato, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico.

10.3. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

- a) A fiscalização não efetuará o ateste da medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

10.4. Os serviços serão recebidos **definitivamente**, pelo fiscal do contrato, ao final da última etapa da execução contratual, no prazo de até **15 (quinze) dias úteis**, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração.

- a) O prazo para o recebimento definitivo poderá ser *excepcionalmente* prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- b) Na hipótese de o recebimento definitivo não ser procedido dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizado, consumando-se no dia do esgotamento do prazo.

10.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Projeto Básico e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

10.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133/2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

10.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

10.8. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do objeto nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

10.9. A aferição da execução contratual para fins de recebimento definitivo considerará os seguintes critérios:

- a) Apresentação do certificado de garantia de no mínimo **15 (quinze) anos**.
- b) Apresentação de ART – Anotação de Responsabilidade Técnica, referente aos serviços prestados.

Da Liquidação e do Pagamento

10.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, o pagamento será efetuado por meio de ordem bancária emitida por processamento eletrônico, a crédito do beneficiário, em conta bancária a ser indicada pela contratada em sua proposta, ou por meio de boleto bancário emitido pela contratada no prazo de até **5 (cinco) dias úteis** após o recebimento definitivo realizado pelo Fiscal do contrato nos termos do **item 10.4**.

10.11. A nota fiscal deverá ser emitida sem rasuras, contendo como beneficiário/cliente a Câmara Municipal de Pará de Minas, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 20.931.994/0001-77, com a descrição clara do objeto do contrato, data da emissão, valor a pagar, eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis e demais informações necessárias.

10.12. Havendo erro/inconsistência na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a contratada providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo

após a comprovação da regularização da situação, não respondendo a Câmara por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação dos pagamentos correspondentes.

10.13. A contratada deverá manter a regularidade fiscal e trabalhista exigida durante a vigência do contrato.

- a) Constatada situação de irregularidade fiscal e trabalhista da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, sem prejuízo do pagamento pelo fornecimento já efetuado, para, num prazo exequível, fixado pela Contratante, regularizar a situação, ou, no mesmo prazo, apresentar defesa, sob pena de rescisão contratual.
- b) O prazo para regularização ou encaminhamento da defesa de que trata o subitem anterior poderá ser prorrogado à critério da Contratante.

10.14. O pagamento será efetuado de acordo com a Autorização de Fornecimento, por meio de ordem bancária emitida por processamento eletrônico, a crédito do beneficiário em conta bancária indicada pela Contratada.

10.15. Sobre o valor devido ao contratado, a Câmara efetuará as **retenções tributárias cabíveis**, caso não tenha sido realizado pela Contratada.

- a) Em observância ao Decreto Municipal nº 13.047/2023, **a contratante procederá à retenção do Imposto de Renda ao efetuar o pagamento referente a qualquer bem ou serviço contratado**, conforme disposto na Lei Federal nº 9.430/1996, combinada com o teor da Instrução Normativa nº 1.234/2012 da Receita Federal, de acordo com as alíquotas estabelecidas nestes normativos.

10.15.1.1. O valor bruto da contratação e os valores de Imposto de Renda a serem retidos na operação **deverão ser informados** nas notas fiscais, nas faturas, nos boletos bancários ou em quaisquer outros documentos de cobrança que contenham códigos de barras, sob pena de devolução do documento para correção.

10.15.1.2. O pagamento será efetuado pela contratante pelo valor deduzido da respectiva retenção.

- b) Caso a contratada esteja enquadrada dentre as hipóteses em que não haverá retenção, previstas no art. 4º da **Instrução Normativa nº 1.234/2012 da Receita Federal**, deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal/Fatura, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.



10.16. No caso de eventual atraso de pagamento pela Contratante, e mediante pedido da Contratada, os valores devidos serão atualizados monetariamente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), desde o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização.

10.17. É vedado ao contratado transferir a terceiros os direitos ou créditos decorrentes do contrato.

11. OBRIGAÇÃO DAS PARTES:

11.1. Obrigações da Contratada:

- a) Tomar todas as providências necessárias ao fiel cumprimento do Contrato;
- b) Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pela Contratante, atendendo prontamente a quaisquer reclamações;
- c) Executar os serviços conforme especificações do Termo de Referência e de sua proposta, com os recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais;
- d) Arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e morais causados pela ação ou omissão de seus empregados, trabalhadores, prepostos ou representantes, dolosa ou culposamente, a Câmara Municipal ou a terceiros;
- e) Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos dos serviços a serem executados, de conformidade com as normas e determinações em vigor;
- f) Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Administração;
- g) Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas, quando for o caso;
- h) Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;
- i) Não permitir a utilização do trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito anos e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição



de aprendiz, a partir de quatorze anos, nos termos do art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal;

- j) Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas;
- k) Manter durante toda a vigência do contrato em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação/contratação;
- l) Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;
- m) Indicar, logo após a assinatura do contrato e sempre que ocorrer alteração, um funcionário com plenos poderes para representá-la, assim como para decidir acerca de questões relativas ao contrato, bem como para atender aos chamados do gestor e do fiscal de contrato da Câmara, principalmente em situações de urgência, com base em contato feito por meio de telefonia móvel ou outro meio igualmente eficaz;
- n) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação/contratação;
- o) Disponibilizar atendimento telefônico e/ou e-mail para efetuar as chamadas, quando da solicitação dos serviços, garantindo a execução dos serviços contratados nos dias úteis, sábados, domingos e feriados, inclusive após o fim do expediente laboral.

11.2. Obrigações da Contratante:

- a) Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do serviço recebido provisoriamente com as especificações contidas neste Termo e no Contrato, para fins de aceitação e recebimentos definitivos;
- b) Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;
- c) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;



- d) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos Contratada em relação ao objeto do Contrato;
- e) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade da contratada pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quaisquer danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatada;
- f) Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, na forma do contrato;
- g) Decidir acerca das questões que se apresentarem durante a execução do contrato, se não abordadas no Projeto Básico;
- h) Verificar a regularidade fiscal e proceder às consultas e emissões de certidões de que trata §4º do art. 91 da Lei nº 14.133/2021 antes da formalização do contrato ou prorrogação de sua vigência;
- i) Verificar, previamente à celebração do contrato, o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante consulta no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), nos termos do §4º do art. 91 da Lei nº 14.133/2021;
- j) Proporcionar acesso e movimentação do pessoal contratado às suas instalações;
- k) Aplicar à Contratada as penalidades contratuais e regulamentares cabíveis;
- l) Verificar a regularidade fiscal do contratado, consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas antes de formalizar ou prorrogar o prazo de vigência do contrato;
- m) Emitir, de forma explícita, no prazo de até **1 (um) mês**, contado da data do protocolo, admitida a prorrogação motivada por igual período, decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do objeto, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste, nos termos do art. 123 da Lei nº 14.133/2021;
- n) Responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de **1 (um) mês**.



12. SANÇÕES APLICÁVEIS:

12.1. O descumprimento de quaisquer das cláusulas ou obrigações diretas ou indiretas decorrentes desta contratação poderá ensejar a aplicação das penalidades previstas na Lei nº 14.133/21 ao contratado, nos termos de cláusula prevista no contrato ou instrumento equivalente.

13. VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO:

13.1. O valor total estimado para a presente contratação é de **R\$ R\$ 627.264,78 (Seiscentos e vinte e sete mil, duzentos e sessenta e quatro reais e setenta e oito centavos)**, conforme custos unitários apostos na **Planilha Orçamentária**.

- a) O critério de aceitabilidade da proposta será os valores unitários dos itens, conforme estimado na planilha orçamentária (Anexo I-B).
- b) Será desclassificada a proposta ou lance vencedor nos quais se verifique que qualquer um dos seus custos unitários supera o correspondente custo unitário de referência fixado pela Administração.

13.2. Justificativa da pesquisa de preço:

- a) O valor estimado para a contratação refere-se à aplicação do produto em todas as áreas afetadas pela infiltração.
- b) O custo com **maquinário e com o próprio produto Liquelástico VD-7007**, por ser um produto específico não consta nas tabelas referenciais. Dessa forma, foi utilizado a pesquisa de mercado para aferição dos valores unitários constante da planilha orçamentária (**Anexo I-B**). Ressalta-se que a pesquisa de mercado em contratações de obras e serviços de engenharia é exceção, mas na situação em apreço é totalmente possível nos termos do artigo 6º do Decreto Federal nº 7.983/2013, que estabelece regras e critérios para elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia. Nos termos do art. 187 da Lei nº 14.133/2021, regulamentado internamente pelo Ato da Mesa Diretora nº 01/2024, utiliza-se, para o presente caso, a IN SEGES/ME nº 91/2022, que autoriza a aplicação do referido Decreto, no que couber, para a definição do valor estimado para contratação de obras e serviços de engenharia, de que dispõe o §2º do art. 23 da Lei nº 14.133/2021.
- c) No que concerne à **mão de obra**, os custos foram calculados em conformidade com a tabela **Sinapi** (Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices de Construção Civil), conforme art. 23, §2º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, considerando que os

profissionais alocados para a execução do serviço possuem qualificações em engenharia estrutural, com ênfase em engenharia civil.

- d) Essa metodologia de cálculo, que inclui tanto a análise de preços de mercado para serviços especializados quanto a utilização de parâmetros de mão de obra reconhecidos, como a tabela Sinapi, fundamenta a estimativa de valor e assegura a precisão e a adequação dos custos.

13.3. Todas as peças técnicas relativas ao orçamento do objeto em questão estão devidamente apresentadas no processo, tais como composições de custos unitários, detalhamento de encargos sociais e BDI.

13.4. Os preços propostos pelas licitantes deverão considerar a consecução do objeto da presente licitação, englobando todos os custos diretos e indiretos incidentes sobre todas as etapas dos serviços e do fornecimento, ainda que não explicitados nas tabelas, além do lucro da licitante.

14. PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO E CONDIÇÕES DE REAJUSTE:

14.1. A vigência do contrato será de **06 (seis) meses**, contados de sua assinatura, nos termos do art. 105 da Lei nº 14.133/2021.

14.2. Os preços contratados poderão ser reajustados, desde que observado o interregno de um ano, contado da data do orçamento estimado (**02/09/2024**).

14.2.1. Para a concessão do reajuste será observado o índice **IPCA/IBGE**.

15. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento da Câmara Municipal.

15.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

01.009.01.031.1.4021 – MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO, REPARO, CONSERTO, ADAPTAÇÃO NO PRÉDIO DA CÂMARA

Elemento/Ficha

33.90.39.00.44– Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Sub elemento

3.3.90.39.14 – Manutenção e Conservação de Bens Imóveis

15.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes, se necessária, será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

16. PARTES INTEGRANTES DO PROJETO BÁSICO:

16.1. Constituem parte integrante deste Projeto Básico os seguintes documentos:

16.1.1. Anexo I-A: Projeto Executivo

16.1.2. Anexo I-B: Planilha Orçamentária

16.1.3. Anexo I-C: Cronograma Físico-Financeiro

16.1.4. Anexo I-D: Detalhamento do BDI

16.1.5. Anexo I-E: Detalhamento do Encargo Social

16.1.6. Anexo I-F: Fotos

Pará de Minas, 03 de setembro de 2024.

Gabriela da Silva Ferreira
Chefe de Divisão de Infraestrutura



ANEXO I-A – PROJETO EXECUTIVO

1. INTRODUÇÃO:

O projeto executivo detalha os procedimentos técnicos e operacionais necessários para a correta aplicação do **Liquelástico VD-7007** em áreas identificadas com problemas de infiltração e umidade.

Este processo será realizado por uma empresa especializada em serviços de eliminação de infiltração e selamento estrutural em estruturas de concreto armado.

A aplicação do produto Liquelástico VD-7007 sob alta pressão visa interromper o processo de corrosão e deterioração da estrutura, além de eliminar as infiltrações.

2. LEVANTAMENTO DE DADOS:


Descrição do local do serviço:

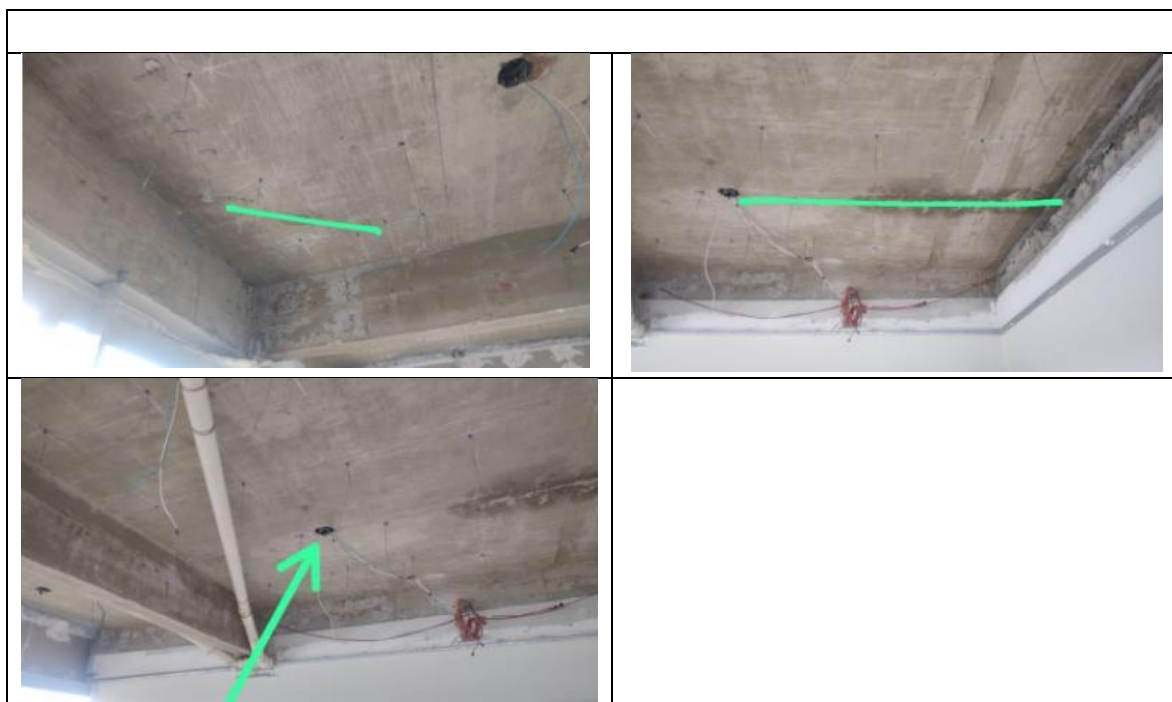
LAJE DUPLA	Não	CAMADA	Manta asfáltica
TIPO DE LAJE	Concreto maciço	ACABAMENTO	Não possui, forro de gesso

Situação das fissuras:

EFLORESCÊNCIA	Não	RECOBRIMENTO	Sim
CORROSÃO	Sim	FUNGOS	Sim

Relatório de mapeamento:

1ºLOCAL	SALA 418	2 TUBOS	1ª MEDIDA
			
2ºLOCAL	SALA 418	26 PONTOS + 1 TUBO	2ª MEDIDA



3ºLOCAL	SALA 420	44 PONTOS + 1 TUBO	3ª MEDIDA
----------------	-----------------	-------------------------------	------------------



4ºLOCAL	SALA 420	28 PONTOS + 2 TUBOS	4ª MEDIDA
----------------	-----------------	--------------------------------	------------------



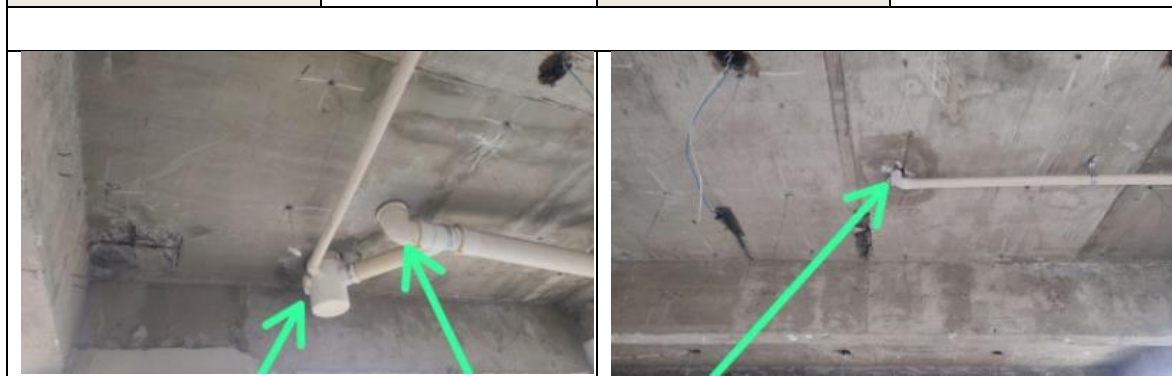
5ºLOCAL	SALA 420	3 TUBOS	5ª MEDIDA

6ºLOCAL	BANHEIRO FEMININO	2 TUBOS	6ª MEDIDA

7ºLOCAL	BANHEIRO FEMININO	8 PONTOS	7ª MEDIDA
----------------	--------------------------	-----------------	------------------



8ºLOCAL	SALA 419	3 TUBOS	8ª MEDIDA
----------------	-----------------	----------------	------------------



9ºLOCAL	SALA 419	90 PONTOS	9ª MEDIDA
----------------	-----------------	------------------	------------------



10ºLOCAL	SALA 419	40 PONTOS	10ª MEDIDA
-----------------	-----------------	------------------	-------------------






11ºLOCAL	SALA 417	120 PONTOS	11ª MEDIDA

12ºLOCAL	SALA 417	40 PONTOS	12ª MEDIDA

13ºLOCAL	SALA 417	1 TUBO	13ª MEDIDA



14ºLOCAL	SALA 415	90 PONTOS	14ª MEDIDA
			
			

15ºLOCAL	SALA 415	30 PONTOS	15ª MEDIDA

16ºLOCAL	SALA 415	1 TUBO	16ª MEDIDA



17ºLOCAL	SALA 413	2 TUBO	17ª MEDIDA
-----------------	-----------------	---------------	-------------------



18ºLOCAL	SALA 413	18 PONTOS	18ª MEDIDA
-----------------	-----------------	------------------	-------------------



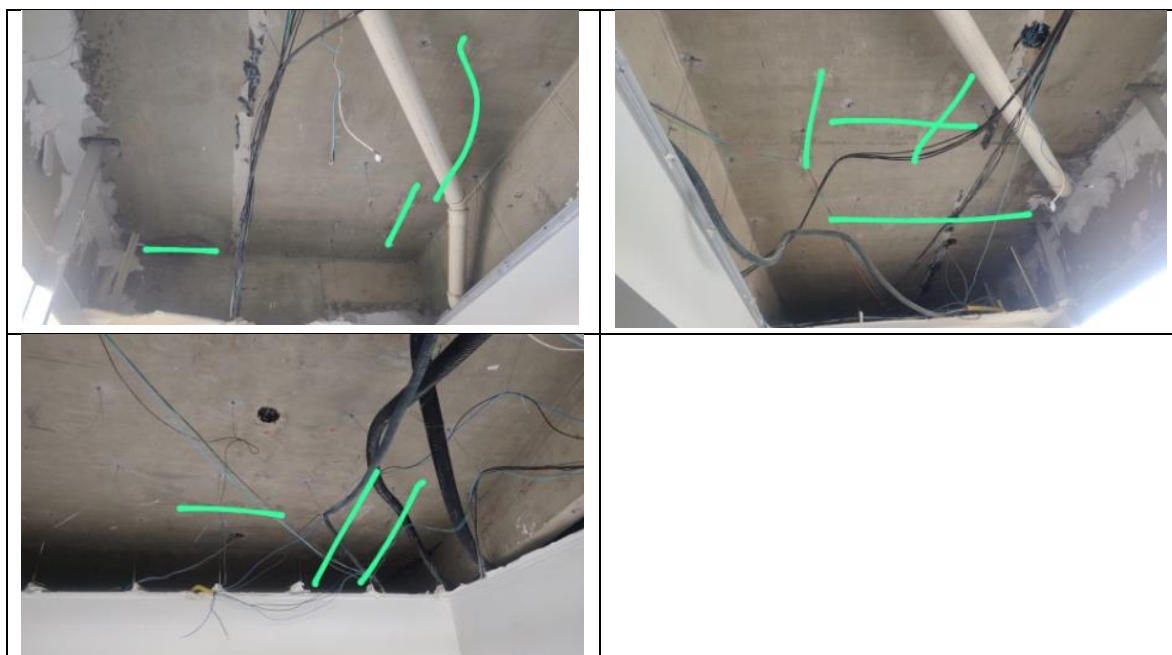
19ºLOCAL	SALA 413	8 PONTOS	19ª MEDIDA
-----------------	-----------------	-----------------	-------------------



20ºLOCAL	SALA 411	50 PONTOS	20ª MEDIDA

21ºLOCAL	SALA 411	1 TUBO	21ª MEDIDA

22ºLOCAL	SALA 409	40 PONTOS	22ª MEDIDA



23ºLOCAL	SALA 409	1 TUBO	23ª MEDIDA

24ºLOCAL	RACK CIRCUITOS	12 PONTOS	24ª MEDIDA

25ºLOCAL	BANHEIRO MASCULINO 1	8 PONTOS	25ª MEDIDA






26ºLOCAL	SALA 410	16 PONTOS	26ª MEDIDA


27ºLOCAL	SALA 410	1 TUBO	27ª MEDIDA

28ºLOCAL	SALA 412	6 PONTOS	28ª MEDIDA

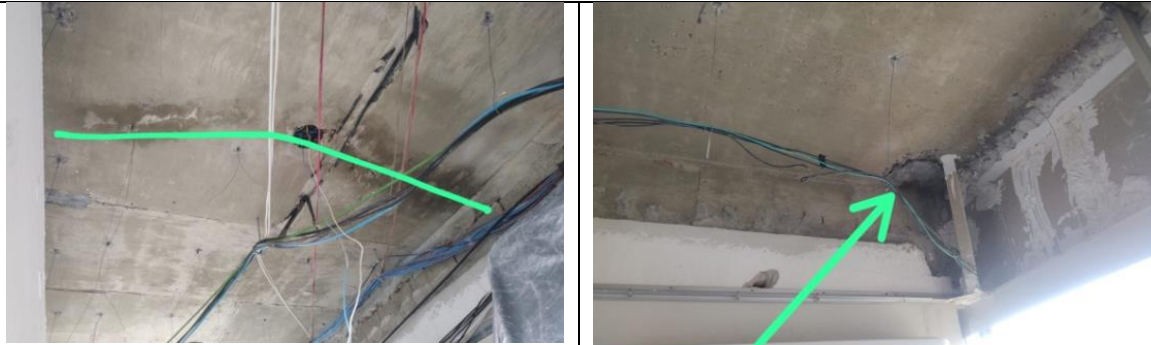


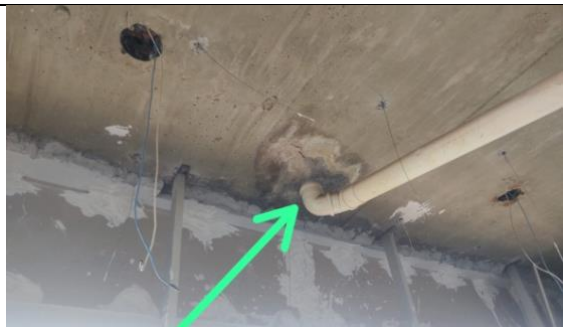
29ºLOCAL	SALA 412	1 TUBO	29ª MEDIDA
			


30ºLOCAL	SALA 414	20 PONTOS	30ª MEDIDA
			
			

31ºLOCAL	SALA 414	1 TUBO	31ª MEDIDA
			








32ºLOCAL	SALA 416	20 PONTOS	32ª MEDIDA
			

33ºLOCAL	SALA 416	1 TUBO	33ª MEDIDA
			

34ºLOCAL	BANHEIRO MASCULINO	3 TUBOS	34ª MEDIDA
			

35ºLOCAL	BANHEIRO MASCULINO	15 PONTOS	35ª MEDIDA



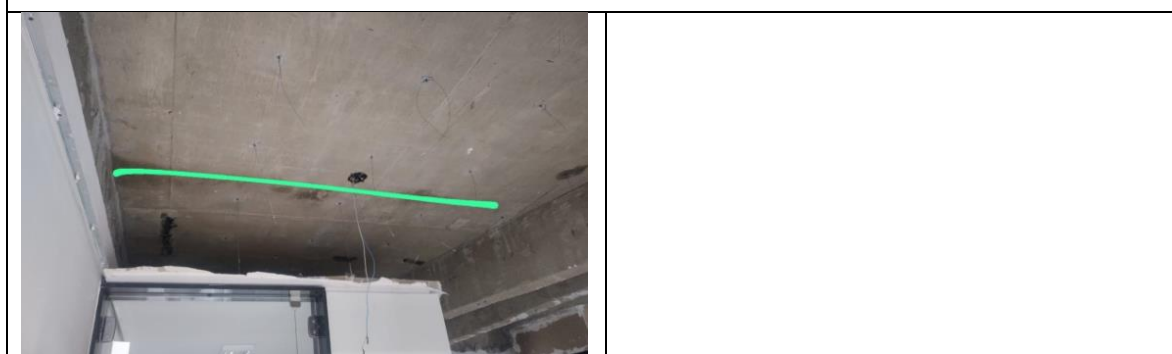
			
36ºLOCAL	FRENTE – BANHEIRO MASCULINO	5 TUBOS	36ª MEDIDA
			
37ºLOCAL	COPA	80 PONTOS	37ª MEDIDA
			
38ºLOCAL	FRENTE – BANHEIRO FEMININO	3 TUBOS	38ª MEDIDA



39ºLOCAL	FRENTE – BANHEIRO FEMININO	8 PONTOS	39ª MEDIDA
-----------------	---	-----------------	-------------------



40ºLOCAL	FRENTE – SALA 418	20 PONTOS	40ª MEDIDA
-----------------	------------------------------	------------------	-------------------



41ºLOCAL	FRENTE – SALA 420	7 PONTOS	41ª MEDIDA
-----------------	------------------------------	-----------------	-------------------



42ºLOCAL	CORREDOR	90 PONTOS	42ª MEDIDA

43ºLOCAL	CORREDOR	20 PONTOS	43ª MEDIDA

44ºLOCAL	SALA 405	1 TUBO	44ª MEDIDA



45ºLOCAL	SALA 403	3 TUBOS	45ª MEDIDA

46ºLOCAL	SALA 401	1 TUBOS	46ª MEDIDA

47ºLOCAL	SALA 401	15 PONTOS	47ª MEDIDA





48ºLOCAL	VARANDA 401	15 PONTOS	48ª MEDIDA
-----------------	--------------------	------------------	-------------------



49ºLOCAL	FRENTE SALA 402	30 PONTOS	49ª MEDIDA
-----------------	----------------------------	------------------	-------------------



50ºLOCAL	SALA 408	3 TUBOS	50ª MEDIDA
			

51ºLOCAL	SALA 406	1 TUBOS	51ª MEDIDA
			

52ºLOCAL	SALA 404	3 TUBOS	52ª MEDIDA



53ºLOCAL	SALA 402	1 TUBO	53ª MEDIDA
-----------------	-----------------	---------------	-------------------



54ºLOCAL	SALA 402	6 PONTOS	54ª MEDIDA
-----------------	-----------------	-----------------	-------------------



55ºLOCAL	VARANDA 402	8 PONTOS	55ª MEDIDA
-----------------	--------------------	-----------------	-------------------



56ºLOCAL	SALA 407	3 TUBOS	56ª MEDIDA

57ºLOCAL	5º ANDAR	22 PONTOS	57ª MEDIDA

58ºLOCAL	5º ANDAR	26 PONTOS	58ª MEDIDA



59ºLOCAL	5º ANDAR	40 PONTOS	59ª MEDIDA
-----------------	-----------------	------------------	-------------------



60ºLOCAL	5º ANDAR	40 PONTOS	60ª MEDIDA
-----------------	-----------------	------------------	-------------------




61ºLOCAL	5º ANDAR	2 TUBOS	61ª MEDIDA
-----------------	-----------------	----------------	-------------------




62ºLOCAL	BANHEIRO MASCULINO	35 PONTOS	62ª MEDIDA
-----------------	---------------------------	------------------	-------------------





63ºLOCAL	BANHEIRO FEMININO	30 PONTOS	63ª MEDIDA
			

64ºLOCAL	BANHEIRO FEMININO	1 TUBO	64ª MEDIDA
			



65ºLOCAL	COPA	2 TUBOS	65ª MEDIDA
			

66ºLOCAL	SALA 402	12 PONTOS	66ª MEDIDA



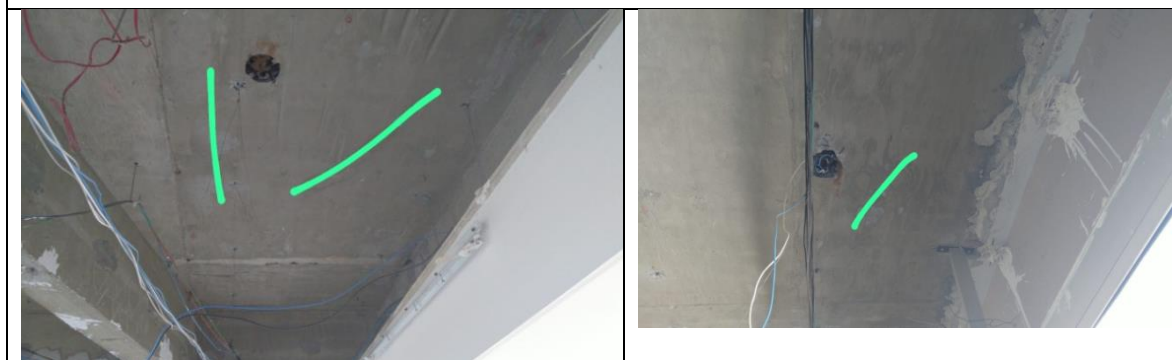
67ºLOCAL	SALA 407	7 PONTOS	67ª MEDIDA
<div></div> <div></div>			



68ºLOCAL	SALA 418	12 PONTOS	68ª MEDIDA
			
69ºLOCAL	SALA 420	4 PONTOS	69ª MEDIDA
			
70ºLOCAL	SALA 419	21 PONTOS + 1 TUBO	70ª MEDIDA



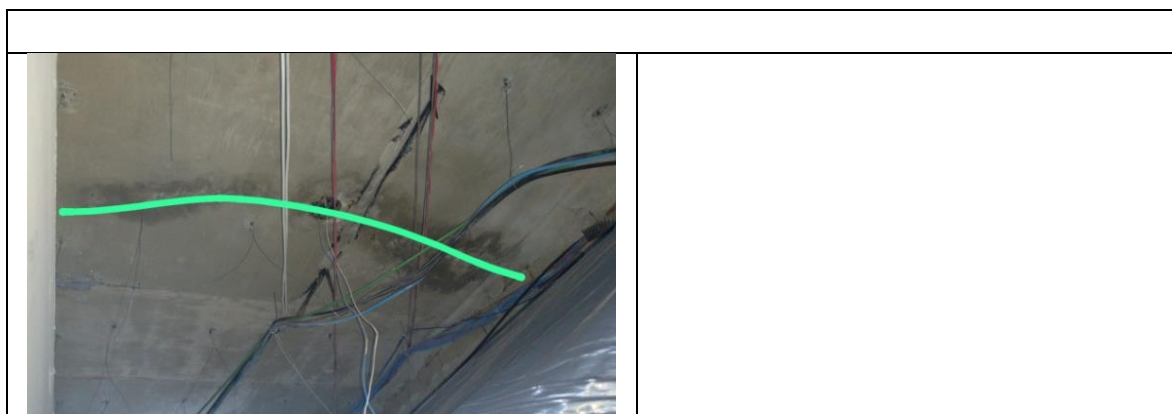
71ºLOCAL	SALA 411	15 PONTOS	71ª MEDIDA
-----------------	-----------------	------------------	-------------------



72ºLOCAL	RACK CIRCUITOS	2 – JUNTA DE DILATAÇÃO	72ª MEDIDA
-----------------	---------------------------	-----------------------------------	-------------------



73ºLOCAL	SALA 416	22 PONTOS	73ª MEDIDA
-----------------	-----------------	------------------	-------------------



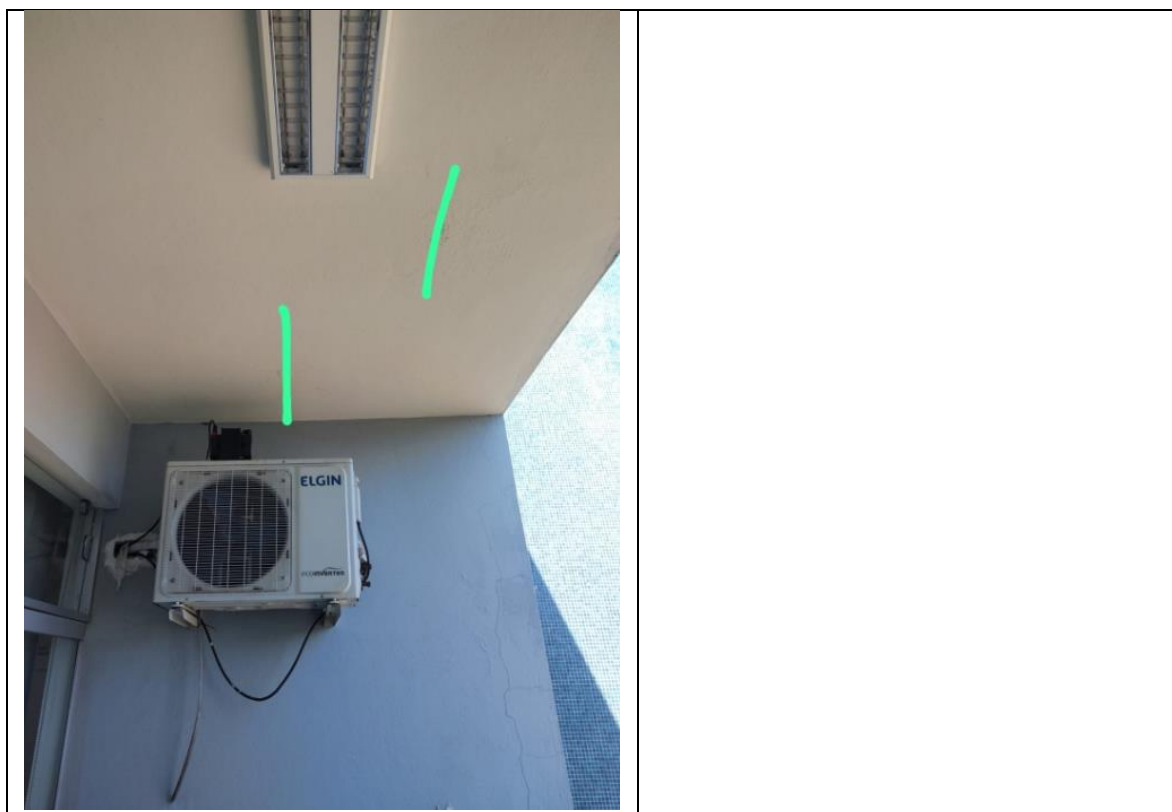
74ºLOCAL	CORREDOR	40 PONTOS	74ª MEDIDA
-----------------	-----------------	------------------	-------------------



75ºLOCAL	SALA 403	20 PONTOS	75ª MEDIDA
-----------------	-----------------	------------------	-------------------



76ºLOCAL	SALA 403	12 PONTOS	76ª MEDIDA



77ºLOCAL	SALA 401	10 PONTOS	77ª MEDIDA
-----------------	-----------------	------------------	-------------------



78ºLOCAL	BANHEIRO MASCULINO	1 TUBO	78ª MEDIDA
-----------------	-------------------------------	---------------	-------------------



79ºLOCAL	BANHEIRO MASCULINO	6 PONTOS	79ª MEDIDA
-----------------	-------------------------------	-----------------	-------------------



80ºLOCAL	COPA	2 TUBOS	80ª MEDIDA
-----------------	-------------	----------------	-------------------



81ºLOCAL	5º ANDAR	2 TUBOS	81ª MEDIDA
-----------------	-----------------	----------------	-------------------



82ºLOCAL	SALA 402	45 PONTOS	82ª MEDIDA

83ºLOCAL	SALA 402	50 PONTOS	83ª MEDIDA

84ºLOCAL	SALA 404	45 PONTOS	84ª MEDIDA



85ºLOCAL	SALA 406	16 PONTOS	85ª MEDIDA

86ºLOCAL	SALA 407	8 PONTOS	86ª MEDIDA

87ºLOCAL	BANHEIRO FEMININO	50 PONTOS	87ª MEDIDA



88ºLOCAL	BANHEIRO FEMININO	8 PONTOS	88ª MEDIDA
-----------------	--------------------------	-----------------	-------------------



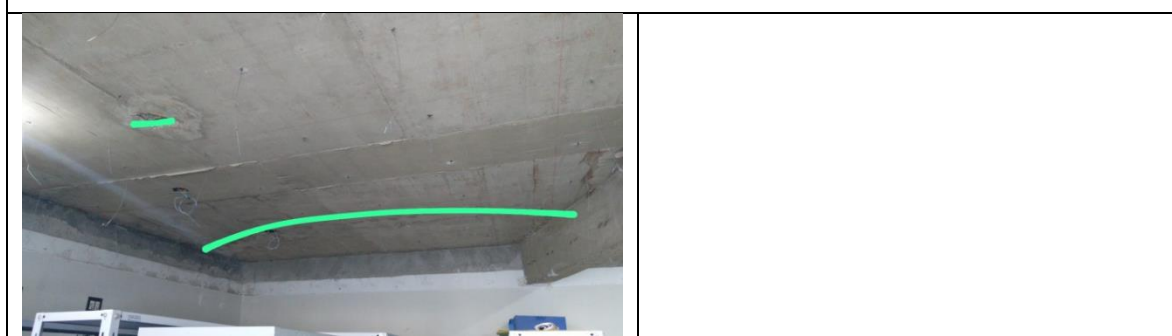
89ºLOCAL	SALA 202	18 PONTOS	89ª MEDIDA
-----------------	-----------------	------------------	-------------------



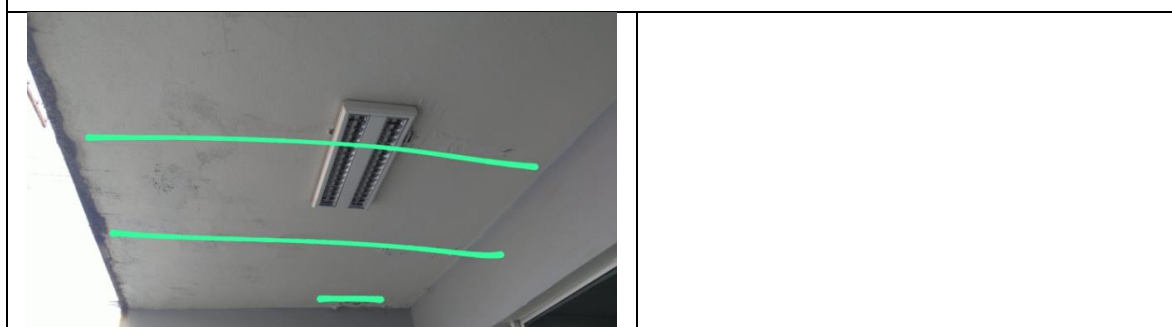
90ºLOCAL	SALA 202	1 TUBO	90ª MEDIDA
-----------------	-----------------	---------------	-------------------



91ºLOCAL	SALA 202	30 PONTOS	91ª MEDIDA
-----------------	-----------------	------------------	-------------------




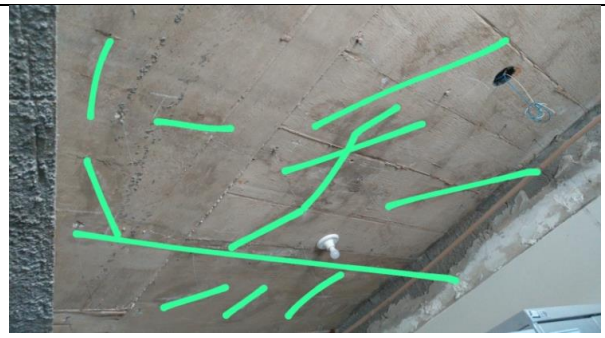

92ºLOCAL	SALA 202	28 PONTOS	92ª MEDIDA
-----------------	-----------------	------------------	-------------------



93ºLOCAL	SALA 202	15 PONTOS	93ª MEDIDA
-----------------	-----------------	------------------	-------------------





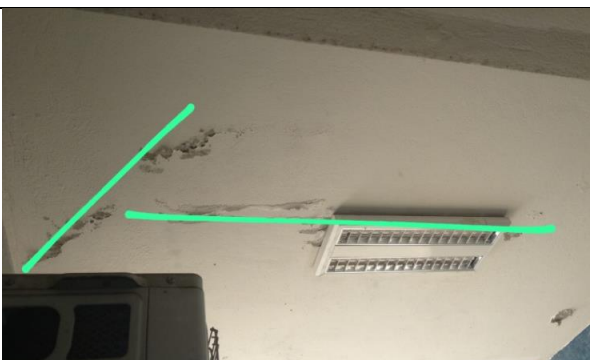
94ºLOCAL	ARQUIVO	15 PONTOS	94ª MEDIDA
			
95ºLOCAL	ARQUIVO	60 PONTOS	95ª MEDIDA
			
96ºLOCAL	ARQUIVO	16 PONTOS	96ª MEDIDA
			
97ºLOCAL	ARQUIVO	25 PONTOS	97ª MEDIDA



98ºLOCAL	ARQUIVO	4 PONTOS	98ª MEDIDA
-----------------	----------------	-----------------	-------------------



99ºLOCAL	ARQUIVO	20 PONTOS	99ª MEDIDA
-----------------	----------------	------------------	-------------------



100ºLOCAL	ARQUIVO	1 TUBO	100ª MEDIDA
------------------	----------------	---------------	--------------------



101ºLOCAL	ARQUIVO	6 PONTOS	101ª MEDIDA
-----------	---------	----------	-------------



102ºLOCAL	ARQUIVO	20 PONTOS	102ª MEDIDA
-----------	---------	-----------	-------------



3. DETALHAMENTO DOS SERVIÇOS:

Este detalhamento técnico assegura que cada etapa do processo seja realizada com precisão e eficácia, garantindo a integridade estrutural e a durabilidade das soluções aplicadas.

Identificação e Mapeamento dos Pontos de Infiltração:

- I. Inspeção Inicial: Realizar uma inspeção visual detalhada para identificar todos os pontos de infiltração visíveis.

II. Teste Hidráulico: Executar testes hidráulicos para verificar a existência de infiltrações ativas e determinar sua origem, incluindo possíveis falhas em tubulações internas.

III. Documentação: Mapear e documentar todos os pontos de infiltração identificados, criando um relatório técnico detalhado com fotos e descrições.

Preparação de Área de Tratamento:

IV. Cobertura da Área: Proteger a área circundante do local de tratamento utilizando lonas ou coberturas plásticas para evitar danos.

V. Preparação Superficial: Limpar e preparar a superfície afetada, removendo qualquer material solto, poeira, e detritos que possam interferir na aplicação do produto

Marcação dos Pontos de Furo:

VI. Precisão na Marcação: Utilizar medição com precisão para marcar os pontos de furo em todas as áreas afetadas por infiltração e umidade.

VII. Planejamento da Perfuração: Elaborar um plano detalhado de perfuração que inclua a profundidade e diâmetro de cada furo, conforme especificações técnicas do LiqueLástico VD-7007.

Execução dos Furos:

VIII. Perfuração: Utilizar brocas de diamante para realizar os furos conforme o plano, garantindo que cada furo atinja a profundidade e diâmetro especificados.

IX. Remoção de Resíduos: Após a perfuração, remover todos os resíduos e poeira resultantes para assegurar a limpeza e prontidão para a próxima etapa.

Colocação de Fixadores:

X. Instalação de Fixadores: Inserir fixadores nos furos realizados para assegurar a estabilidade estrutural e facilitar a injeção do LiqueLástico VD-7007.

XI. Verificação de Estabilidade: Verificar a fixação de cada fixador para garantir que estejam firmemente instalados e alinhados corretamente.

Aplicação do Produto Sob Alta Pressão:

XII. Configuração do Equipamento: Preparar e calibrar o maquinário VD 777 para a aplicação sob alta pressão do Liquelástico VD-7007.

XIII. Injeção do Produto: Aplicar o Liquelástico VD-7007 através dos fixadores, utilizando alta pressão para assegurar a penetração profunda e uniforme do produto nas trincas e microfissuras.

XIV. Monitoramento da Aplicação: Monitorar constantemente a pressão e o fluxo durante a injeção para garantir uma aplicação consistente e eficaz.

Fixadores e Limpeza do Local:

XV. Desmontagem: Após a cura do produto, retirar os conectores dos fixadores. Os fixadores, conhecidos como ponto e tubo, deverão permanecer na laje de modo a facilitar o mapeamento das execuções.

XVI. Limpeza Final: Realizar uma limpeza minuciosa da área tratada, removendo qualquer excesso de produto e resíduos de instalação.

XVII. A Contratada deverá demarcar os locais onde foi realizada a aplicação, como método para mapeamentos futuros e para facilitar a medição pela fiscalização da Contratante. A empresa poderá optar pelo uso dos pontos dos fixadores e pela demarcação com tinta do tipo spray ou etc.

4. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DA APLICAÇÃO DO LIQUELÁSTICO VD-7007:

Objetivos da Aplicação:

I. Reparação da Impermeabilização: Restaurar a camada de impermeabilização para prevenir futuras infiltrações.

II. Selamento Eficaz: Selar completamente trincas e microfissuras nas áreas tratadas da estrutura de concreto.

III. Proteção contra Corrosão: Interromper a penetração de gases corrosivos, como H₂S e CO₂, e cloretos que comprometem as ferragens.

Propriedades do Liquelástico VD-7007:

IV. Penetração Micro Capilar: O produto deve penetrar micro capilarmente nas trincas e na superfície porosa do concreto.



V. Resistência Mecânica: Após a cura, o produto deve apresentar alta resistência à tração, compressão e alongamento elástico.

VI. Flexibilidade Permanente: Absorver tensões e movimentos estruturais devido à sua flexibilidade contínua.

Condições de Estocagem e Validade:

VII. Validade: O produto possui uma validade de até **12 meses** a partir da data de produção.

VIII. Estocagem Adequada: A contratante deverá disponibilizar uma sala, que será escolhida pela Fiscalização, para armazenamento dos produtos. Deve ser estocado em embalagens originais intactas, em ambientes secos e com temperaturas controladas entre +5°C e +25°C.

Logística:

IX. Para garantir a execução eficiente dos serviços nos setores atualmente ocupados pelos servidores, é essencial realizar uma organização e planejamento cuidadosos para desocupar e interditar as salas durante o período de trabalho.

X. A empresa contratada será responsável por elaborar um plano detalhado para a execução dos serviços em cada sala, incluindo datas e tempo necessário. Essa abordagem visa facilitar a organização das atividades, assegurando que não haja interferências nas tarefas dos servidores.

ANEXO I-B – PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

OBJETO: Eliminação de infiltração e selamento estrutural em estrutura de concreto armado. Realizado por meio da aplicação do produto Liquelástico VD-7007 sob alta pressão, com o objetivo de interromper o processo de corrosão e deterioração da estrutura e eliminar infiltrações presentes no 2º, 4º e 5º pavimentos.								BDI incluso: 21,04%	
Itens	REFERÊNCIAS		DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT.	PREÇO sem BDI		PREÇO com BDI	
	SINAPI (Ref. 04/2024) / MERCADO					UNITÁRIO	TOTAL	UNITÁRIO	TOTAL
1	PRODUTO E APLICAÇÃO								
1.1	-	mercado	Produto Liquelástico VD 7007	Litros	524,10	728,80	381.964,08	882,20	462.361,02
1.2	-	mercado	Maquinário – VD777	Dia	45	2.285,00	102.825,00	2.765,76	124.459,20
2	MÃO DE OBRA DIRETA								
2.1	2706	-	Engenheiro Civil – Acompanhamento semanal (média de 4 horas por semana)	HH	36	94,15	3.389,40	113,96	4.102,56
2.2	40945	-	Equipe – 3 técnicos	HH	1080	27,80	30.024,00	33,65	36.342,00
TOTAL						R\$ 518.202,48 (sem BDI)		R\$ 627.264,78 (com BDI)	

Para a estimativa dos valores apresentados na planilha, foi realizada pesquisa de preços de mercado para os **itens 1.1 e 1.2**, pois esses serviços não estão contemplados nas planilhas de referência utilizadas por órgãos públicos. Para os itens relacionados à mão de obra, foi utilizada a planilha **SINAPI**, uma vez que esses serviços são de natureza vinculada à construção civil, especialmente no que se refere ao selamento estrutural. Para cada aplicação, o cálculo de estimativa de volume de produto considerou o quantitativo de **ml/l** (mililitros/litro) mais elevado, visto que a contratação se dará por preço unitário. Assim, com base nos orçamentos coletados e nos volumes estimados dentro dos parâmetros de fábrica, temos as seguintes referências de volume conforme as quantidades estimadas para cada item: 1.874 pontos de aplicação - 468,50 litros; 64 tubos de aplicação - 25,60 litros e 2 juntas de dilatação - 30 litros.



ANEXO I-C – CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

ITEM	ATIVIDADE	QUINZENAS		
		1ª	2ª	3ª
1	PRODUTO E APLICAÇÃO			
1.1	Aplicação	R\$ 154.120,34	R\$ 154.120,34	R\$ 154.120,34
1.2	Maquinário – VD777	R\$ 41.486,40	R\$ 41.486,40	R\$ 41.486,40
2	MÃO-DE-OBRA			
2.1	Engenheiro Civil - Acompanhamento semanal (média de quatro horas por semana)	R\$ 1.367,52	R\$ 1.367,52	R\$ 1.367,52
2.2	Equipe – 3 técnicos	R\$ 12.114,00	R\$ 12.114,00	R\$ 12.114,00
Total quinzenal		R\$ 209.088,26	R\$ 209.088,26	R\$ 209.088,26
TOTAL GERAL		R\$ 627.264,78		



ANEXO I-D – DETALHAMENTO DO BDI

ITEM	DESCRIÇÃO	% CD
1	Administração do Escritório Central	3,00
2	Impostos e Taxas	7,65
2.1	ISS	4,00
2.2	PIS	0,65
2.3	Cofins	3,00
3	Taxa de Risco	1,80
3.1	Seguro	0,40
3.2	Risco	1,00
3.2	Garantia	0,40
4	Despesas Financeiras	0,62
5	Lucro	6,00
6	BDI - Calculado	21,04
Para o preenchimento da proposta deve-se utilizar o valor de ISS da Prefeitura Local.		
BDI CALCULADO CONFORME ACÓRDÃO Nº 2.622/2013 – TCU		



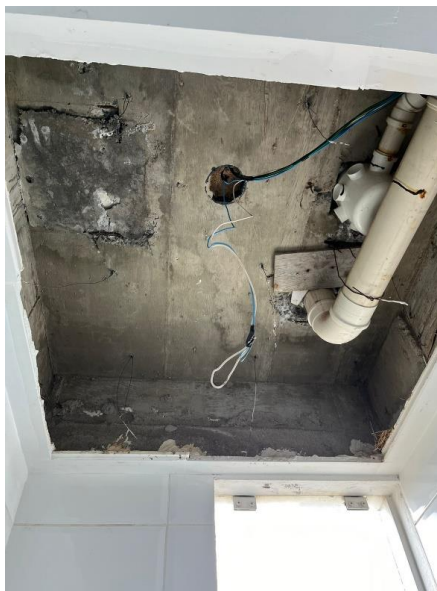
ANEXO I-E – DETALHAMENTO DO ENCARGO SOCIAL

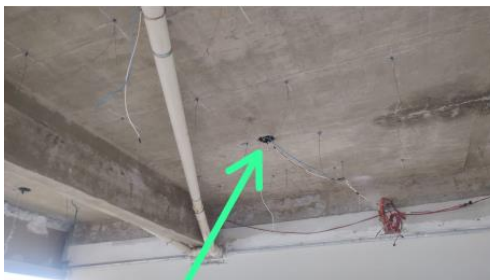
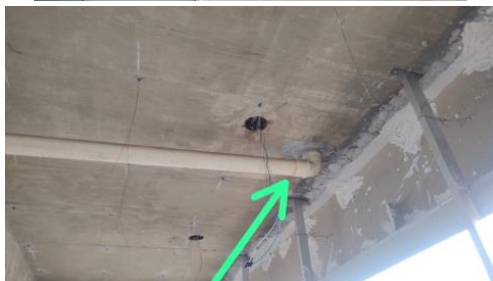
ITEM	DESCRIÇÃO	%
1	GRUPO A	
1.1	INSS	20,00
1.2	SESI	1,50
1.3	SENAI	1,00
1.4	INCRA	0,20
1.5	SEBRAE	0,60
1.6	Salário Educação	2,50
1.7	Seguro Contra Acidente de Trabalho	3,00
1.8	FGTS	8,00
1.9	SECONCI	1,20
TOTAL DO GRUPO A		38,00
2	GRUPO B	
2.1	Repouso Semanal Remunerado	17,76
2.2	Feriados	3,68
2.3	Auxílio - Enfermidade	0,86
2.4	13º Salário	11,14
2.5	Licença Paternidade	0,06
2.6	Faltas Justificadas	0,74
2.7	Dias de Chuva	1,10
2.8	Auxílio Acidente de Trabalho	0,10
2.9	Férias Gozadas	0,00
2.10	Salário Maternidade	0,04
TOTAL DO GRUPO B		35,48
3	GRUPO C	
3.1	Aviso Prévio Indenizado	6,01
3.2	Aviso Prévio Trabalhado	0,14
3.3	Férias Indenizadas	12,16
3.4	Depósito Rescisão Sem Justa Causa	2,59
3.5	Indenização Adicional	0,51
TOTAL DO GRUPO C		21,41
4	GRUPO D	
4.1	Reincidência de Grupo A sobre Grupo B	13,48
4.2	Reincidência de Grupo A sobre Aviso Prévio Trabalhado e Reincidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	0,53
TOTAL DO GRUPO C		14,01
5	TOTAL (A+B+C+D)	108,90
Preenchimento de acordo com a tabela Sinapi - 12/2023		
Encargos Sociais Sem Desoneração - Horista		



ANEXO I-F – FOTOS









ANEXO II – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Processo Licitatório nº 37/2024
Concorrência Eletrônico nº 01/2024

1. INTRODUÇÃO:

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada. O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

ÁREA REQUISITANTE	RESPONSÁVEL
Divisão de Infraestrutura	Gabriela da Silva Ferreira – Chefe de Divisão de Infraestrutura

2. OBJETO:

Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de eliminação de infiltração e selamento estrutural em estrutura de concreto armado, a fim de interromper o processo de corrosão e deterioração da estrutura e eliminar infiltrações presentes no 2º, 4º e 5º pavimento no prédio da Câmara Municipal de Pará de Minas.

3. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO:

Fundamentação: Descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público (inciso I do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021).

A edificação da Câmara Municipal teve início por volta de 2004, passando por distintas fases que se prolongaram até 2022. A natureza fragmentada desse processo demanda especial atenção, sobretudo no que concerne à integridade estrutural. A construção ao longo de vários anos pode resultar em danos específicos à estrutura do prédio, sendo crucial avaliar e mitigar tais impactos.

É importante destacar que a necessidade de algumas execuções está intrinsecamente ligada à movimentação da estrutura. Além da dilatação natural do solo e dos materiais, determinadas execuções ampliam esses esforços constantes, transformando o que seria natural em algo forçado.

Durante o processo de elaboração e execução da edificação, utilizou-se de manta asfáltica como material para impermeabilização da laje. No entanto, ao longo do tempo, sua integridade

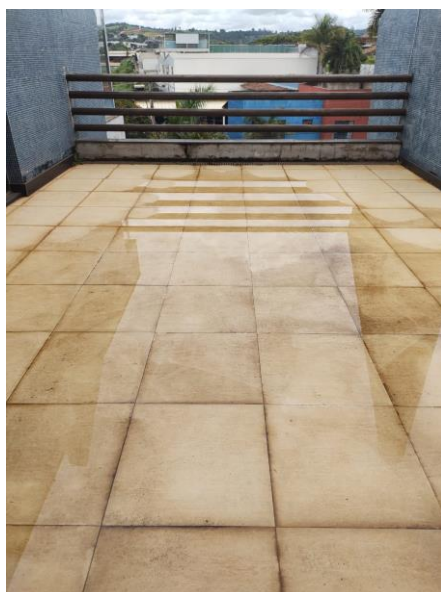


foi comprometida gradualmente devido a recortes, furos e abalos. Na tentativa de preservar sua integridade, foram feitas recomposições nas áreas afetadas. No entanto, essas intervenções podem ter contribuído para deficiências na vedação. A partir de 2022, tornaram-se evidentes problemas de infiltração nos 4º e 5º pavimentos, possivelmente decorrentes dessas intervenções. Medidas de segurança foram adotadas para os servidores, devido à alta concentração de infiltrações, o que levou ao isolamento das salas localizadas no fundo do 4º pavimento do prédio, visando garantir a saúde e a segurança dos ocupantes. Isso foi necessário, uma vez que o forro das salas começou a ceder, conforme evidenciado nas fotos abaixo:





É relevante destacar que, apesar da instalação de grelhas coletoras no terraço panorâmico, estas não desempenhavam adequadamente suas funções devido à baixa inclinação do escoamento da laje, resultando em acúmulos de água pluvial, conforme consta nas fotos abaixo:



A correção dessa inclinação está atualmente em andamento na obra decorrente do Processo Licitatório nº 23/2023 (Concorrência nº 01/2023), contudo, está restrita apenas à remoção do acúmulo de água no terraço, sem abordar a reconstituição da manta impermeabilizante.

Com o passar do tempo, essas infiltrações recorrentes têm o potencial de gradualmente deteriorar os materiais que compõem a estrutura da edificação, resultando na diminuição de sua durabilidade, desempenho e vida útil. Além disso, é importante destacar que os servidores

desalojados das salas danificadas se encontram em condições desconfortáveis, pois precisam ser realocados em outras salas já ocupadas, resultando em um ambiente superlotado. Com a previsão de mais 9 servidores ingressando na Câmara, provenientes do Concurso nº 01/2023, que deverão ocupar as salas atualmente interditadas, torna-se ainda mais urgente a realização dos reparos necessários para corrigir os danos.

Este cenário compromete significativamente as condições de habitabilidade e higiene do ambiente construído. Diante desse contexto, é imprescindível realizar intervenções imediatas para corrigir as condições mencionadas anteriormente.

4. DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO ANUAL :

***Fundamentação:** Demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração (inciso II do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21).*

O planejamento da contratação foi elaborado em colaboração com a Diretoria Administrativa e repassado à Diretoria de Finanças. Uma etapa crucial desse processo foi a realização da primeira adequação, que consistiu na reforma do terraço para garantir o direcionamento adequado do escoamento da água pluvial às grelhas coletoras, com a inclinação necessária. Esse passo foi fundamental para assegurar a eficiência do sistema de drenagem. Todos esses detalhes estão refletidos na tabela apresentada abaixo:

ETAPA	LOCAL DE PLANEJAMENTO	SOLICITAÇÃO	SITUAÇÃO
1ª	Terraço Panorâmico	Processo Licitatório nº 23/2023, homologado em 26 de setembro de 2023 – Consiste na contratação de empresa especializada na execução de OBRA CIVIL visando à reforma do 3º, 4º e 5º pavimentos, pintura das fachadas e adequação da cobertura da Câmara Municipal de Pará de Minas, incluso materiais e mão-de-obra necessária.	Em andamento – Execução de adequação do terraço panorâmico em 50% da etapa prevista até a presente data.
2ª	Tratamento da manta impermeabilizadora	Previsão encaminhada para Diretoria Contábil na data do dia 01 de agosto de 2023. Engloba no especificado em manutenção predial.	Elaboração de ETP e TR.

Em que pese a Câmara Municipal ainda não possuir um plano de contratação anual, a presente contratação já estava sendo planejada com a realização de obras e serviços de forma prévia, conforme demonstrado acima.

5. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO:

***Fundamentação:** Descrição dos requisitos necessários e suficientes à escolha da solução (inciso III do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21).*

Os serviços serão prestados por empresa especializada no ramo, devidamente regulamentada e autorizada pelos órgãos competentes, em conformidade com a legislação vigente e padrões de sustentabilidade exigidos nesse instrumento e no futuro termo de referência.

A licitação terá por fundamento legal o regramento disposto no art. 2º, inciso VI, da Lei n. 14.133/2021 (obras e serviços de arquitetura e engenharia).

Para a presente contratação será elaborado documento com os elementos necessários e suficientes com nível de precisão adequado para definir e dimensionar os serviços, que assegure a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento, de modo a possibilitar a avaliação do custo do serviço e a definição dos métodos e do prazo de execução.

5.1. Requisitos Técnicos da contratação:

Conforme preconiza o inciso XXI do artigo 6º da Lei 14.133/21, serviço de engenharia é *toda atividade ou conjunto de atividades destinadas a obter determinada utilidade, intelectual ou material, de interesse para a Administração e que, não enquadradas no conceito de obra a que se refere o inciso XII do caput deste artigo, são estabelecidas, por força de lei, como privativas das profissões de arquiteto e engenheiro ou de técnicos especializados.*

Enquadra-se o objeto como **serviço de engenharia**, uma vez que este é a atividade destinada a garantir a fruição de utilidade já existente ou a proporcionar a utilização de funcionalidade nova em coisa/bem material já existente. Não se cria coisa nova. Pelo contrário, o serviço consiste no conserto, na conservação, operação, reparação, adaptação ou manutenção de um bem material específico já construído ou fabricado. Ou, ainda, na instalação ou montagem de objeto em algo já existente. Objetiva-se, assim, manter-se ou aumentar-se a eficiência da utilidade a que se destina ou pode se destinar um bem perfeito e acabado.

Os requisitos de contratação consistem na:

a) Definição do local de execução dos serviços;

- b)** Definição dos serviços a serem executados, dos materiais a serem aplicados, de acordo com as determinações deste documento e das especificações técnicas, a serem atendidas pela Contratada;
- c)** Definição da metodologia executiva a ser adotada, de acordo com as normas técnicas vigentes e recomendações dos fabricantes;
- d)** Definição do orçamento e do prazo de execução dos serviços;
- e)** Certidão de registro/quitação da contratada junto ao CREA, da qual deverá constar os nomes dos profissionais que poderão atuar como responsáveis técnicos pelos serviços a ser executado, conforme disciplina a Resolução 1.137/23 CONFEA;
- f)** Comprovação de aptidão técnica, consistente na apresentação de uma ou mais certidões de acervo técnico expedidos pelo CREA, em nome dos profissionais que exercerão a função de responsáveis técnicos, comprovando a execução de serviço, com características similares ao objeto a ser contratado, mediante apresentação de Atestado de Capacidade Técnica-profissional;
- g)** Apresentação, por parte da contratada, de Atestado de Capacidade Técnico-operacional, comprovando a realização de serviços com características similares ao objeto a ser contratado;
- h)** Definição de cláusulas e condições para a execução dos serviços que possibilitem à contratada efetivar o planejamento para a execução dos serviços com a logística e infraestrutura existente no mercado, e, dessa forma, possibilitar a obtenção de preços mais competitivos para a contratação.

5.2. Requisitos de sustentabilidade:

A contratada deverá possuir pleno conhecimento e se responsabilizar pelo descarte adequado dos entulhos provenientes da execução dos serviços, especialmente aqueles relativos a resíduos de laje, de modo a atender às práticas executivas estabelecidas pela Lei nº 12.305/10, que trata da Política Nacional de Resíduos Sólidos, e à Resolução CONAMA 307/02, que define diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos entulhos da construção civil.

Os responsáveis pela execução dos serviços deverão utilizar Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) conforme exigido pela Norma Regulamentadora NR6, durante toda a execução das atividades, até sua conclusão.

Caso seja necessário, a contratante disponibilizará uma sala para o armazenamento de produtos e equipamentos. A contratada será responsável pelo controle e guarda desses itens, não podendo responsabilizar a contratante por quaisquer perdas.

A limpeza do local será de responsabilidade da contratada durante todo o período de execução, devendo manter os ambientes limpos e organizados. A contratada também deverá zelar pelo isolamento de móveis, equipamentos e quaisquer objetos que julgar necessários, a fim de evitar danos à administração.

A contratada deverá garantir o trabalho seguro das pessoas envolvidas no manuseio de ferramentas, equipamentos e produtos, conforme a legislação vigente do Ministério do Trabalho. Além disso, será responsável por quaisquer ações e/ou omissões relacionadas aos resíduos e rejeitos sólidos, líquidos e derivados nos locais de execução dos serviços, devendo removê-los e promover a devida destinação.

5.3. Requisitos normativos que disciplinam os serviços a serem contratados:

- a) Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei de Licitações e Contratos Administrativos;
- b) Lei nº 5.194, de 24 de dezembro 1996, que regula o exercício das profissões de Engenharia e dá outras providências;
- c) Lei nº 6.496, de 07 de dezembro de 1977, que institui a “Anotação de Responsabilidade Técnica” na prestação de serviços de Engenharia, autoriza a criação, pelo Conselho Federal de engenharia, Arquitetura e Agronomia – CONFEA, de uma mútua de assistência profissional, e dá outras providências;
- d) Demais legislações pertinentes para a execução dos serviços aplicáveis, inclusive no que tange à qualidade de materiais a serem aplicados.

6. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES:

***Fundamentação:** Estimativa das quantidades a serem contratadas, acompanhada das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, considerando a interdependência com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala (inciso IV do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21).*

O detalhamento da estimativa das quantidades a serem contratadas está alinhada com as especificações indicadas nas tabelas anexadas neste ETP.

A estimativa total do objeto a ser contratado irá conter aplicação do produto equivalente a 1874 unidades de pontos de aplicação, 64 unidades de tubos de aplicação e 2 metros de aplicação em juntas de dilatação, sendo distribuídos no 5º, 4º e 2º pavimento, perfazendo uma quantidade total *estimada* de 524,1 litros do produto.

7. LEVANTAMENTO DE MERCADO E JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR:

***Fundamentação:** Levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar (inciso V do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21).*

Foram realizados vários estudos para analisar a reconstituição da manta asfáltica. A possibilidade de remover completamente a manta para aplicação de uma nova foi considerada, porém, essa opção é desaconselhada devido ao esforço gradual requerido e ao potencial risco de danificar a laje durante o procedimento.

Uma alternativa adicional que foi ponderada consistiu na reconstituição exclusiva das áreas afetadas. Contudo, essa opção também foi desaconselhada, devido à presença de elementos construtivos nessas regiões, o que demandaria demolição e reconstrução apropriada. Além disso, a ruptura da manta em pontos não visíveis a olho nu dificulta sua identificação.

Devido à complexidade envolvida na substituição da manta, considerou-se a utilização de impermeabilizações líquidas, como o poliuretano. Entretanto, essa alternativa apresenta limitações, uma vez que o poliuretano, ao reagir, adquire uma forma sólida e rígida, comprometendo a flexibilidade estrutural e podendo resultar em novas trincas.

Uma alternativa examinada foi o *Gel Acrílico*, uma resina à base de água originalmente projetada para a estabilização de solos e mananciais. Contudo, desaconselha-se sua aplicação em estruturas de concreto armado, pois sofre redução de volume em áreas sem umidade constante e não possui resistência adequada à contração e dilatação. Para ilustrar detalhadamente o exposto acima, foram estudadas as reações de ambos os componentes.



Resina acrílica à esquerda imediatamente após a reação.

Resina acrílica à direita, após 3 meses da reação.

Observa-se uma perda significativa de 80% do volume original.



À esquerda, poliuretano expandindo em forma de espuma após contato com água.

À direita, poliuretano como resina rígida e inflexível em estado final.

Após uma análise abrangente, foi identificado um material com propriedades altamente adequadas para a aplicação e comportamento em relação a estrutura existente: o Liquelástico VD-7007, um produto *patenteado*, conforme documento presente no **ANEXO II**. É importante ressaltar que, embora a empresa detenha a patente do produto, **não há restrição a competitividade na sua comercialização**. No contexto da presente contratação, o foco está na prestação do serviço **com a utilização do produto em questão**, o que significa que qualquer empresa poderá participar do procedimento licitatório.

Trata-se de um produto líquido de aplicação pressurizada, elaborado especificamente para selar estruturas e eliminar infiltrações em substratos de concreto e materiais semelhantes.

Este produto apresenta características notáveis, como baixa viscosidade e densidade, semelhante à água, reação rápida, alta resistência, impermeabilidade, atoxicidade e resistência a fungos e bactérias. Além disso, sua durabilidade é significativa, e sua elasticidade contribui para a dilatação da edificação quando necessário, mantendo a estrutura seca e impedindo a corrosão dos metais da armação.

Além de promover um reparo definitivo na camada de impermeabilização, o Liquelástico VD-7007 realiza a selagem das trincas nas regiões tratadas da estrutura de concreto. Esse processo tem como objetivo interromper a penetração de gases prejudiciais, como dióxido de carbono e cloretos, que podem causar danos à estrutura do aço ao longo do tempo. Dessa forma, o Liquelástico VD-7007 não apenas soluciona os problemas existentes, mas também atua de forma preventiva, preservando a integridade da construção a longo prazo.

Ilustrativamente, a reação do componente foi estudada para representar detalhadamente o exposto acima.



Liquelástico VD-7007 em processo de reação



Liquelástico VD-7007 após 40 a 240 segundos de reação

Dessa forma, para avaliar a vantagem econômica das soluções propostas em comparação com a solução atual, devemos considerar vários fatores, como custo inicial, durabilidade, eficácia da solução e possíveis custos adicionais futuros de manutenção, conforme indicado na tabela abaixo:

Tipo de Produto	Descrição	Tempo	Eficiência
Reconstituição da manta asfáltica	Abordagem potencialmente complicada e arriscada, podendo danificar a estrutura. O custo depende da área afetada e da mão de obra. Não resolve completamente os problemas de infiltração.	Variável	Média



Impermeabilizações líquidas, como poliuretano	Aplicação relativamente simples, mas pode comprometer a flexibilidade estrutural e resultar em novas trincas. Custos potenciais de manutenção a longo prazo podem ser elevados.	Variável	Média
Gel Acrílico	Desaconselhado devido à redução de volume e à falta de resistência adequada em estruturas de concreto armado. Não é uma solução viável para este caso.	Médio	Baixa
Liquelástico VD-7007	Baixa viscosidade, reação rápida, alta resistência e durabilidade significativa. Resolve problemas existentes e atua de forma preventiva, preservando a integridade a longo prazo.	Médio	Alta

O uso do Liquelástico VD-7007 também oferece vantagens significativas em termos de economia de tempo e eficiência na aplicação. Este produto líquido de aplicação pressurizada pode ser aplicado em um prazo relativamente curto de 45 dias, o que é crucial para minimizar qualquer interrupção nas atividades da Câmara Municipal.

Outro ponto importante é que a aplicação do Liquelástico VD-7007 é limpa e sem sujeira. Isso significa que não será necessário um longo período de limpeza após a conclusão do projeto, o que economiza tempo e recursos. Além disso, como o produto é atóxico e não prejudica o meio ambiente, não há preocupações com a contaminação do local ou com a segurança dos trabalhadores durante o processo de aplicação.

Portanto, considerando os aspectos mencionados, o Liquelástico VD-7007 apresenta ser a solução mais vantajosa economicamente, uma solução rápida, eficiente e ambientalmente amigável pois oferece uma solução duradoura, preventiva e sem danos a estrutura existente, potencializa reduzir os custos de manutenção futuras.

Diante do exposto, o serviço correlato é classificado como **serviço especial de engenharia** devido envolver uma alta complexidade técnica, exigindo cuidados especiais nas especificações técnicas. Os serviços especiais frequentemente envolvem materiais, equipamentos e métodos de domínio restrito no mercado ou apresentam alto grau de inovação tecnológica. Consequentemente, há poucas empresas e profissionais aptos para sua execução em âmbito local ou regional, os quais podem demandar tecnologias de domínio restrito no mercado, limitando a disponibilidade de empresas capazes de executá-los¹.

8. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

Fundamentação: Estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos

que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação (inciso VI do §1º do art. 18 da Lei 14.133/21).

Com objetivo de verificar o que o mercado oferece em relação a valores e inovações referentes ao objeto desta contratação, realizou-se pesquisa junto às empresas prestadoras do serviço de eliminação de infiltração e selamento estrutural em estrutura de concreto armado através da aplicação, sob alta pressão, do produto Liquelástico VD-7007, a fim de interromper o processo de corrosão e deterioração da estrutura e eliminar infiltrações.

Ressalta-se que devido a especificidade da contratação, não foi possível a localização de contratação similar realizada por outros órgãos públicos que pudesse servir como parâmetro para a presente demanda.

Conforme constatado na tabela abaixo e no anexo deste Estudo Técnico Preliminar, foram encaminhadas solicitações de orçamentos para 03 (três) empresas, as quais retornaram as solicitações:

EMPRESA	CNPJ	VALOR DO ORÇAMENTO
VTEC SOLUÇÕES DIGITAIS LTDA	02.460.595/0001-93	R\$ 562.074,97
VEDA-RJ LTDA	44.603.129/0001-60	R\$ 667.380,00
S.O.S INFILTRAÇÃO LTDA	51.042.799/0001-10	R\$ 687.000,00

OPTOU-SE PELO USO DE PREÇO DE MERCADO EM RAZÃO DE O OBJETO NÃO CONSTAR DE FORMA ESPECÍFICA NAS TABELAS REFERENCIAIS, TENDO EM VISTA QUE AS MENCIONADAS TABELAS SÓ CONSTAM OS VALORES REFERENTES À “HOMENS-HORA” E A MATERIAIS VOLTADOS À CONSTRUÇÃO CIVIL.

O custo **global estimado** da contratação é de **R\$ 638.818,32 (Seiscentos e trinta e oito mil, oitocentos e dezoito reais e trinta e dois centavos)**, sendo que o valor é a média dos valores dos orçamentos apurados.

O real valor estimado para a contratação será definido posteriormente no Termo de Referência, quando elaborada da Planilha Orçamentária com os custos unitários e demais cálculos estatísticos.

9. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

***Fundamentação:** Descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso (inciso VII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21).*

Diante das alternativas apresentadas pelo mercado, considerando os pós e contras de cada uma delas, entende-se que a melhor solução para a satisfação do interesse público é a contratação de uma empresa especializada em serviços de **eliminação de infiltração e selamento estrutural em estruturas de concreto armado. Realizado por meio da aplicação do produto Liquelástico VD-7007 sob alta pressão, com o objetivo de interromper o processo de corrosão e deterioração da estrutura, além de eliminar as infiltrações.**

A presente contratação **inclui** o fornecimento de mão de obra técnica especializada e operacional, bem como o fornecimento de material, maquinário necessário para execução, os procedimentos e as normas aplicáveis e do fabricante, além de outras orientações pautadas pelas boas práticas da Engenharia. Esses elementos são essenciais para garantir o funcionamento regular, eficiente e econômico dos serviços contratados.

A contratação destina-se à execução dos serviços, com elementos que deverão ser definidos em projeto básico que deverão prever, inicialmente, os seguintes serviços:

- a) A identificação e mapeamento detalhado de todos os pontos de infiltração de água, a verificação da existência de infiltrações ativas e sua possível origem em tubulações, por meio de testes hidráulicos;
- b) A preparação cuidadosa e cobertura da área onde o tratamento será realizado;
- c) A marcação precisa dos pontos de furo em regiões afetadas por infiltração e umidade;
- d) A execução dos furos designados para a aplicação do Liquelástico VD-7007;
- e) A colocação de fixadores nos furos realizados;
- f) A aplicação sob alta pressão por meio de maquinário adequado;
- g) Por fim, a remoção dos fixadores do concreto e a limpeza minuciosa do local.

A aplicação do líquido Liquelástico VD-7007 em cada trinca identificada nas lajes de cada ambiente demarcado no **ANEXO I**, deve atender às seguintes necessidades:

- a) Reparar a camada de impermeabilização;
- b) Promover o selamento das trincas e microfissuras nas regiões tratadas da estrutura de concreto;
- c) Interromper a penetração do gás sulfídrico e carbônico (H₂S e CO₂) e cloretos que estão atacando as ferragens e comprometendo a estrutura;

d) Selar os pontos de infiltração;

e) Absorver todas as tensões e movimentos da estrutura, devido a sua flexibilidade permanente;

f) Utilizar a máquina de eliminar infiltrações VD 777 para realizar a aplicação do líquido Liqueelástico VD-7007.

O produto terá aplicação em micro penetração na superfície porosa da trinca e penetração micro capilar no concreto. Após curado deverá apresentar resistência à tração, resistência à compressão, alongamento elástico e resistência à ruptura.

O produto só poderá ser usado, se comprovada as condições de estocagem e validade, sendo ela de até 12 (doze) meses a partir da data de produção, se estocado apropriadamente, nas embalagens originais intactas, em ambientes seco e temperaturas entre +5°C e +25°C.

O serviço prestado deverá ter garantia mínima de **15 anos**.

As intervenções deverão manter o padrão de qualidade existente e apresentar a melhor prática executiva, com elementos que apresente vantagens para a contratação e com a caracterização devidamente detalhada no Projeto Básico.

10. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO:

Fundamentação: Justificativa para o parcelamento ou não da solução (inciso VIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21).

Este setor seguiu a sugestão de análise disponibilizada pelo TCU, item 3, podendo ser consultada através do endereço: <http://www.tcu.gov.br/arquivosrca/001.003.009.036.htm>.

O parcelamento não é recomendável, do ponto de vista da eficiência técnica, considerando que o gerenciamento da contratação permanecerá sobre a gestão de um único contratado, resultando num maior nível de controle da execução dos serviços por parte da Administração.

Entende-se também que não há viabilidade econômica, uma vez que a tendência é que o custo seja reduzido para serviços maiores em função da diluição dos custos administrativos e lucro. A divisão gera perda de escala, não amplia a competitividade e não melhora o aproveitamento do mercado, pois os serviços são executados por empresas de mesmo ramo de atividade, além de indicar o fracionamento do objeto.

Desta forma, após avaliar se a solução é divisível ou não, levando em conta o mercado que a fornece e com a negativa para todas as questões do item anterior, chega-se à conclusão de que a solução **não pode ser parcelada**.

11. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS:

***Fundamentação:** Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis (inciso IX do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21).*

Com a execução da solução que envolve a contratação de mão de obra especializada para a Câmara Municipal de Pará de Minas, tem-se como objetivo primordial atender de maneira eficiente às demandas dos serviços realizados. Tal medida visa não apenas garantir a preservação estrutural do prédio e sua integridade física, mas também assegurar o bem-estar e a segurança de todos os seus usuários. Dessa forma, a liberação das salas atualmente interditadas possibilitará que os servidores, atualmente acomodados em espaços superlotados, retornem aos ambientes destinados a cada setor, proporcionando assim condições de trabalho mais salubres e confortáveis.

É pertinente ressaltar que a desocupação das salas também se traduzirá em benefícios para os 9 (nove) novos servidores. Dessa forma, ao evitar a superlotação e ao promover uma melhor distribuição dos funcionários, estaremos não apenas mitigando problemas presentes, mas também prevenindo possíveis complicações futuras que poderiam surgir devido à deterioração do prédio.

12. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO:

***Fundamentação:** Providências a serem adotadas pela administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual ou adequação do ambiente da organização (inciso X do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21).*

Visando a correta execução do contrato, a administração deverá executar minimamente as seguintes ações antes de contratação:

- Definição do programa de necessidades, elencando as ações de projeto a serem realizados;
- Elaboração do Projeto Básico, contendo o conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para definir e dimensionar o serviço objeto da licitação, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegure a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do

empreendimento e que possibilite a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução;

- Aprovação do Projeto;
- Elaboração do Edital de Licitação;
- Entre outros.

Para o processamento da Concorrência Eletrônica e execução do contrato caberá à Câmara:

- Fornecer as informações técnicas, por meio do Projeto Básico e seus anexos, acerca da execução do objeto.
- Quando da realização do contrato exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e nos termos da proposta apresentada.
- Deverá a Câmara acompanhar e fiscalizar os serviços, por servidor ou comissão especialmente designada.
- Constatadas irregularidades, deverá notificar a contratada por escrito acerca das eventuais ocorrências.

No processo licitatório deverá a licitante observar as regras estabelecidas pela Lei nº 14.133 de 2021 acerca da participação no procedimento, as diretrizes quanto a execução de obras e serviços de engenharia, bem como obedecer às normas correlatas relacionadas ao objeto da contratação, além de:

- a) Aquela que se consagrar vencedora deverá executar o contrato conforme as especificações contidas no Projeto Básico e seus anexos, assim como seguir os termos de sua proposta.
- b) Comunicar ao Fiscal do contrato qualquer ocorrência irregular que se verifique no local dos serviços.
- c) Prestar esclarecimentos ou informação quando solicitado pela Câmara.

13. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Fundamentação: Contratações correlatas e/ou interdependentes (inciso XI do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21).

Não será necessária a realização de demais contratações correlatas e ou interdependentes ao objeto pretendido.

14. DESCRIÇÃO DOS IMPACTOS AMBIENTAIS:

***Fundamentação:** Descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável (inciso XII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21).*

O procedimento para contratações públicas busca sempre o melhor para o interesse público, tal conceito vai além do mero cotejo de menores preços, para analisar os benefícios do processo torna-se necessário avaliar os impactos positivos e negativos na aquisição quanto a:

- a) A observância de normas e critérios de sustentabilidade;
- b) O emprego apurado dos recursos públicos;
- c) Conservação e gestão responsável de recursos naturais;
- d) Remoção apropriada dos resíduos conforme normas de Controle de Transporte de Resíduos;
- e) Observância das normas de qualidade e certificação nacional e públicas como INMETRO e ABNT.

Logística

Para garantir a execução eficiente dos serviços nos setores atualmente ocupados pelos servidores, é essencial realizar uma organização e planejamento cuidadosos para desocupar e interditar as salas durante o período de trabalho.

A empresa contratada será responsável por elaborar um plano detalhado para a execução dos serviços em cada sala, incluindo datas e tempo necessário. Essa abordagem visa facilitar a organização das atividades, assegurando que não haja interferências nas tarefas dos servidores.

15. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO QUANTO À VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO:

***Fundamentação:** Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina (inciso XIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21).*

Após o planejamento consignado neste estudo técnico, a Divisão de Infraestrutura entende **viável** a contratação da solução descrita, uma vez que se mostra possível e tecnicamente necessária.

16. ANEXOS

Anexo I – Tabelas e Fotos¹

Anexo II – Certificado de Registro

Pará de Minas, 01 de agosto de 2024.

Gabriela da Silva Ferreira
Chefe de Divisão de Infraestrutura da Câmara Municipal de Pará de Minas

¹ O Anexo I do ETP refere-se às fotos constantes do Projeto Executivo (ANEXO I-A)



ANEXO II – CERTIFICADO DE REGISTRO



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS
INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL
DIRETORIA DE MARCAS, DESENHOS INDUSTRIAIS E INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS

CERTIFICADO DE REGISTRO DE DESENHO INDUSTRIAL **BR 302017002962-0**

O INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL concede, automaticamente, sem exame de mérito, o presente CERTIFICADO DE REGISTRO, que outorga ao seu titular propriedade do desenho industrial discriminado neste título, em todo o território nacional, garantindo os direitos dele decorrentes, previstos na legislação em vigor.

A proteção conferida pelo registro de desenho industrial, em conformidade com o que estabelece o art. 95 da Lei 9.279/96, é definida exclusivamente a partir da configuração da forma plástica ornamental do objeto ou do conjunto ornamental de linhas e cores requeridos, não abrangendo os dados contidos nos eventuais relatórios descritivos e reivindicações juntados ao presente certificado de registro.

(21) Número do Depósito: BR 302017002962-0

(22) Data do Depósito: 14/07/2017

(45) Data de Concessão: 30/01/2018

(52) Classificação Internacional de Desenhos Industriais: 15-02; 15-04

(30) Prioridade Unionista:

(54) Título: CONFIGURAÇÃO APLICADA EM BOMBA

(73) Titular: VTEC SOLUÇÕES DIGITAIS LTDA, Microempresa assim definida em Lei. CGC/CPF: 02460595000193. Endereço: AVENIDA DOS ANDRADAS, 2287, SALA 1201, BELO HORIZONTE, MG, BRASIL (BR), 30120-010, Brasileira

(72) Autor: MARCUS VINÍCIUS NOGUEIRA DE ANDRADE

Prazo de Validade: 10(dez) anos contados a partir de 14/07/2017, mediante o recolhimento da taxa quinquenal de manutenção (Artigos 119 e 120 da LPI) e observadas as demais condições legais.

Registro Concedido em: 30/01/2018

Expedido em: 02 de Fevereiro de 2018.

Assinado digitalmente por:
André Luis Balloussier Ancora da Luz
Diretor



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Ministério da Economia
Instituto Nacional da Propriedade Industrial
Diretoria de Marcas, Desenhos Industriais e Indicações Geográficas

Certificado de registro de marca

Processo nº: 922615160

O Instituto Nacional da Propriedade Industrial, para garantia da propriedade e do uso exclusivo, certifica que a marca abaixo reproduzida encontra-se registrada nos termos das normas legais e regularmente em vigor, mediante as seguintes características e condições:

Liquelástico VD-7007

Data de depósito: 12/04/2021
Data da concessão: 15/02/2022
Fim da vigência: 15/02/2032

Titular: VTEC SOLUÇÕES DIGITAIS LTDA [BR/MG]
CNPJ: 02460595000193
Endereço: Avenida dos Andradas, 2287, sala 1201, 30120010, Belo Horizonte, MINAS GERAIS, BRASIL

Apresentação: Nominativa
Natureza: Marca de Produto/Serviço
NCL(11): 1
Especificação: Preparações para impermeabilização de cimento, exceto tintas (da classe 1)

Rio de Janeiro, 15/02/2022

Felipe Augusto Melo de Oliveira
Diretor

A proteção conferida pelo presente registro de marca tem como limite o disposto no art. 124, incisos II, VI, VII, XVIII e XXI, da Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996.



Assinado digitalmente pelo INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL:42521088000137
Em 25/05/2022

ANEXO III – MODELO DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 37/2024
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 01/2024**

Objeto: Contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviço especial de engenharia para **eliminação de infiltração e selamento estrutural em estrutura de concreto armado por meio da aplicação, sob alta pressão, do produto *Liquelástico VD-7007***, a fim de interromper o processo de corrosão e deterioração da estrutura e eliminar infiltrações presentes nos 2º, 4º e 5º pavimentos do prédio sede da Câmara Municipal de Pará de Minas.

DADOS DA EMPRESA
Nome:
CNPJ:
Endereço:
CEP:
Telefone com DDD:
E-mail:
Dados bancários:

Em atendimento ao Edital de Concorrência acima mencionado, apresentamos a seguinte proposta de preços:



OBJETO: Eliminação de infiltração e selamento estrutural em estrutura de concreto armado. Realizado por meio da aplicação do produto Liquelástico VD-7007 sob alta pressão, com o objetivo de interromper o processo de corrosão e deterioração da estrutura e eliminar infiltrações presentes no 2º, 4º e 5º pavimentos.

ITENS	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT. ESTIMADA	PREÇO com BDI (____%)	
				VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	PRODUTO E APLICAÇÃO				
1.1	Produto Liquelástico VD 7007	Litros	524,10		
1.2	Maquinário – VD777	Dia	45		
2	MÃO DE OBRA DIRETA				
2.1	Engenheiro Civil – Acompanhamento semanal (média de 4 horas por semana)	HH	36		
2.2	Equipe – 3 técnicos	HH	1080		
VALOR GLOBAL				R\$ _____ com BDI	

- O(s) preço(s) registrado(s) na forma expressa no sistema eletrônico e nesta proposta incluem todos os custos e todas as despesas, diretas e indiretas, para entrega do objeto na Câmara Municipal de Pará de Minas – MG.

- É obrigatória a informação do percentual relativo ao BDI utilizado pela licitante.

- No preenchimento da proposta, no modelo adotado acima, tanto nos valores unitários quanto nos valores totais de cada item deve ser apresentado o preço com o respectivo BDI.

- O preço ofertado deverá ser apresentado com precisão de até 02 (duas) casas decimais.

- **DECLARAMOS** que o(s) item(ns) constante(s) desta proposta corresponde(m) exatamente às especificações descritas no Projeto Básico (Anexo I do Edital), às quais aderimos formalmente.

- **PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA:** _____ (por extenso) dias *[observar o disposto no Edital – Cláusula 3.12]*

DADOS PARA ASSINATURA DO CONTRATO/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
Nome:
Cargo:
CPF/RG:
OBS.: O signatário deve possuir poderes de administração estabelecidos em contrato social e/ou possuir procuração com poderes para assinar contratos em nome da empresa. A documentação comprobatória deverá ser encaminhada quando da assinatura do contrato.

[Local], _____, de _____ de 2024.

[Assinatura do representante legal da empresa]

ANEXO IV – MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO Nº **XX** / 2024

*Contrato Administrativo nº **XX**/2024, que fazem entre si a Câmara Municipal de Pará de Minas e a empresa **XXXX**.*

A **CÂMARA MUNICIPAL DE PARÁ DE MINAS**, inscrita no CNPJ sob o nº 20.931.994/0001-77, com sede na cidade de Pará de Minas/MG, na Avenida Presidente Vargas, nº 1.935, Bairro Senador Valadares, CEP nº 35.661-044, neste ato representada por seu Presidente, Vereador **DILHERMANDO RODRIGUES FILHO**, portador da carteira de identidade nº _____ e inscrito no CPF sob o nº _____, doravante denominada **CONTRATANTE**, e a empresa _____, inscrita no CNPJ _____, com sede na *[inserir endereço completo]*, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por _____, portador da carteira de identidade nº _____ e inscrito no CPF sob o nº _____, tendo em vista o que consta na **Concorrência Eletrônica nº 01/2024**, oriundo do **Processo de Compra nº 37/2024** e em observância às disposições da Lei nº 14.133/2021 e demais legislações aplicáveis, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, que se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a prestação de serviço especial de engenharia de **eliminação de infiltração e selamento estrutural em estrutura de concreto armado por meio da aplicação, sob alta pressão, do produto *Liquelástico VD-7007***, a fim de interromper o processo de corrosão e deterioração da estrutura e eliminar infiltrações presentes nos 2º, 4º e 5º pavimentos do prédio sede da Câmara Municipal de Pará de Minas, especificado no item 1 do Projeto Básico (**Anexo I** do Edital), que é parte integrante deste Contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO

2.1. Este Contrato vincula-se a **Concorrência Eletrônica nº 01/2024**, oriundo do **Processo de Compra nº 37/2024**, ao Projeto Básico, à proposta comercial da **CONTRATADA**, às Autorizações de Fornecimento, Notas de Empenho e demais documentos que compõem o processo mencionado que, *independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste instrumento.*

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO

3.1. A Câmara Municipal pagará a quantia **global estimada** de R\$ _____ (_____), para a realização dos serviços objeto da presente contratação, sendo o empenho e o pagamento efetuados de acordo com a Autorização de Fornecimento emitida.

3.2. Valores unitários:

ITEM	CÓD. BETHA	QUANT. ESTIMADA	UN.	ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL ESTIMADO
1	54210	1874	UN.	Pontos de aplicação (200 a 250ml para cada ponto)		
2	54211	64	UN.	Tubos de aplicação (300 a 400ml para cada tubo)		
3	54212	2	MT.	Junta dilatação de aplicação (10l a 15l por metro)		
4	54213	45	DIA	Maquinário – VD777		
5	54214	36	HR	Engenheiro Civil		
6	54215	1080	HR	Equipe de aplicação – 03 Técnicos		

3.3. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA QUARTA - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO E MODELO DE EXECUÇÃO

Local e horário da execução dos serviços:

4.1. Os serviços serão executados na sede da Câmara Municipal de Pará de Minas, localizada na Avenida Presidente Vargas, nº 1.935, Bairro Senador Valadares, em Pará de Minas – MG.

4.2. Os serviços serão prestados das 09:00h às 17:00h, de segunda a sexta-feira.

Início da execução dos serviços:

4.3. A Contratada deverá iniciar os serviços no prazo no máximo de **5 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de recebimento da Autorização de Fornecimento, sob pena de aplicação das sanções cabíveis.

4.4. A Contratada deverá providenciar os registros, anotações, averbações ou quaisquer outros atos similares que sejam obrigatórios, conforme as normas aplicáveis à realização dos serviços de engenharia, fornecendo notícia expressa de sua realização à Câmara.

4.5. A Contratada não poderá iniciar qualquer atividade de efetiva execução dos serviços até o integral cumprimento das regras do subitem anterior, salvo previsão em contrário em norma própria.

Prazo para execução dos serviços:

4.6. O prazo para execução dos serviços será de **45 (quarenta e cinco) dias úteis** e seu desenvolvimento deverá obedecer a um ritmo que permita a sua conclusão dentro do prazo.

4.7. A Contratada poderá realizar alterações em seu **Cronograma Físico-financeiro**, desde que não infrinjam as boas técnicas para a execução dos serviços. A fiscalização da Câmara poderá solicitar alterações no cronograma proposto pela contratada. De qualquer forma, o prazo total de que trata o **item 4.6** deste contrato deverá ser respeitado.

Materiais a serem disponibilizados:

4.8. Previamente ao início dos serviços, caberá à Contratada tomar as providências necessárias à mobilização de pessoal, de equipamentos, máquinas, materiais, ferramentas e demais itens inerentes à execução dos serviços, observando a mobilização destes insumos em quantidades e características coerentes com as recomendações técnicas descritas nos documentos integrantes do projeto básico e com o cronograma para a execução completa dos serviços contratados.

Forma e descrição detalhada da execução dos serviços:

4.9. Os serviços a serem prestados pela Contratada são:

- a)** A identificação e mapeamento detalhado de todos os pontos de infiltração de água, a verificação da existência de infiltrações ativas e sua possível origem em tubulações, por meio de testes hidráulicos;
- b)** A preparação cuidadosa e cobertura da área onde o tratamento será realizado;
- c)** A marcação precisa dos pontos de furo em regiões afetadas por infiltração e umidade;



- d) A execução dos furos designados para a aplicação do Liquelástico VD-7007;
- e) A colocação de fixadores nos furos realizados;
- f) A aplicação sob alta pressão por meio de maquinário adequado;
- g) Por fim, a remoção dos fixadores do concreto e a limpeza minuciosa do local.

4.10. A aplicação do líquido Liquelástico VD-7007 em cada trinca identificada nas lajes de cada ambiente demarcado no Projeto Executivo (**Anexo I-A** do Edital), deve atender às seguintes necessidades:

- a) Reparar a camada de impermeabilização;
- b) Promover o selamento das trincas e microfissuras nas regiões tratadas da estrutura de concreto;
- c) Interromper a penetração do gás sulfídrico e carbônico (H₂S e CO₂) e cloretos que estão atacando as ferragens e comprometendo a estrutura;
- d) Selar os pontos de infiltração;
- e) Absorver todas as tensões e movimentos da estrutura, devido a sua flexibilidade permanente;
- f) Utilizar a máquina de eliminar infiltrações VD 777 para realizar a aplicação do líquido Liquelástico VD-7007;

4.11. O produto terá aplicação em micro penetração na superfície porosa da trinca e penetração micro capilar no concreto. Após curado deverá apresentar resistência à tração, resistência à compressão, alongamento elástico e resistência à ruptura.

4.12. O produto só poderá ser usado, se comprovada as condições de estocagem e validade, sendo ela de até **12 (doze) meses** a partir da data de produção, se estocado apropriadamente, nas embalagens originais intactas, em ambientes seco e temperaturas entre +5°C e +25°C.

Garantia dos serviços prestados:

4.13. A Contratada fornecerá garantia mínima de **15 (quinze) anos** sobre os serviços executados, materiais utilizados e equipamentos instalados. A contagem do prazo de garantia

será iniciada no primeiro dia útil subsequente à data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

4.13.1. Durante este período, a Contratada deverá prestar assistência técnica sem nenhum ônus para a Câmara se qualquer problema for constatado nas áreas contratadas, nos serviços realizados, nos materiais aplicados e nos equipamentos instalados, cabendo à Câmara o acionamento da Contratada para cumprimento da garantia.

Demais informações relevantes para a execução dos serviços:

4.14. A contratada deverá atender aos seguintes parâmetros:

a) Adotar todas as medidas e precauções, visando evitar a ocorrência de danos materiais e pessoais a quaisquer indivíduos, seja da equipe efetuando o serviço ou terceiros, sendo a contratada a total responsável por qualquer eventualidade acidental e suas consequências à vítima;

b) Ser responsável pelos danos causados diretamente à edificação da Câmara Municipal de Pará de Minas ou à terceiros (independente da relação destes com o órgão), decorrentes de suas condutas na execução do contrato;

4.15. Não haverá interrupção das atividades internas do prédio, então todos os cuidados deverão ser tomados para evitar danos aos servidores, à edificação existente e a terceiros, por ocasião da execução dos serviços, ficando o ônus dos reparos por conta da futura contratada.

4.15.1. A Contratada deverá levar em consideração, na execução dos serviços, que os ambientes da Câmara estarão ocupados e os serviços deverão causar o menor impacto possível, principalmente de ruídos, vibrações e geração de materiais particulados que incomodam as atividades normais desenvolvidas na edificação.

4.15.2. Quando necessário, a Contratada deverá sinalizar ou isolar (conforme o caso) convenientemente os locais de trabalho, objetivando dar segurança aos seus funcionários, aos servidores da Câmara ou a terceiros, adotando todas as medidas preventivas de acidentes recomendadas pela legislação vigente.

4.16. Em nenhuma hipótese, a Contratada poderá alegar engano ou erro de projetos para justificar qualquer incorreção na execução dos serviços que não observem a boa técnica. Ou seja, compete à Contratada fazer minucioso estudo, verificação e comparação de todos os desenhos, projetos, especificações e documentação técnica fornecida pela Câmara antes do início dos serviços. Portanto, qualquer divergência, omissão ou erro encontrado decorrente da avaliação deverá ser comunicada imediatamente à fiscalização da Câmara, inclusive qualquer

transgressão a normas técnicas, regulamentos ou leis vigentes, sob pena de assumir a responsabilidade e o ônus decorrente dos serviços prestados.

4.17. A Contratada deverá conduzir os serviços com estrita observância às últimas revisões das normas técnicas emitidas pela ABNT; às práticas executivas estabelecidas pelo CREA; às normas de saúde e segurança ocupacional emitidas pelo Ministério do Trabalho e às demais legislações pertinentes ao objeto.

4.18. Os serviços a serem executados, o material e equipamentos a serem utilizados deverão respeitar os Projetos e Planilhas constantes do Edital.

Disposições sobre critérios de sustentabilidade:

4.19. A contratada deverá possuir pleno conhecimento e se responsabilizar pelo descarte adequado dos entulhos provenientes da execução dos serviços, especialmente aqueles relativos a resíduos de laje, de modo a atender às práticas executivas estabelecidas pela Lei nº 12.305/10, que trata da Política Nacional de Resíduos Sólidos, e à Resolução CONAMA 307/02, que define diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos entulhos da construção civil.

4.20. Os responsáveis pela execução dos serviços deverão utilizar Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) conforme exigido pela Norma Regulamentadora NR6, durante toda a execução das atividades, até sua conclusão.

4.21. Caso seja necessário, a contratante disponibilizará uma sala para o armazenamento de produtos e equipamentos. A contratada será responsável pelo controle e guarda desses itens, não podendo responsabilizar a contratante por quaisquer perdas.

4.22. A limpeza do local será de responsabilidade da contratada durante todo o período de execução, devendo manter os ambientes limpos e organizados. A contratada também deverá zelar pelo isolamento de móveis, equipamentos e quaisquer objetos que julgar necessários, a fim de evitar danos à administração.

4.23. A contratada deverá garantir o trabalho seguro das pessoas envolvidas no manuseio de ferramentas, equipamentos e produtos, conforme a legislação vigente do Ministério do Trabalho. Além disso, será responsável por quaisquer ações e/ou omissões relacionadas aos resíduos e rejeitos sólidos, líquidos e derivados nos locais de execução dos serviços, devendo removê-los e promover a devida destinação

CLÁUSULA QUINTA – MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

5.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

5.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

5.3. As comunicações entre Câmara e a Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

5.4. Este contrato terá como responsáveis:

5.4.1. GESTOR DO CONTRATO: José Carlos Moreira Júnior - Chefe da Divisão de Compras e Gestão de Contratos, conforme art. 3º do Ato da Mesa Diretora nº 07/2023.

5.4.2. FISCAL DO CONTRATO: Gabriela da Silva Ferreira – Chefe de Divisão de Infraestrutura, conforme Portaria nº 16/2024.

5.5. Compete ao Gestor do Contrato e, nos seus afastamentos e impedimentos legais, ao seu substituto, a administração do contrato e, nos termos do art. 8º do Ato da Mesa Diretora nº 07/2023, em especial:

- I.** orientar os fiscais de contrato no desempenho de suas atribuições;
- II.** acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato ou terceiros contratados, das ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, e informar à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência;
- III.** acompanhar a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e de pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa, caso necessário, em relatório de riscos eventuais;
- IV.** coordenar a autuação da rotina de acompanhamento e de fiscalização do contrato, cujo histórico de gerenciamento deverá conter todos os registros formais da execução, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais;
- V.** comunicar ao fiscal do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual;



VI. coordenar os atos preparatórios relativos à instrução processual e proceder à formalização da celebração de aditivos, prorrogações, reajustes ou rescisões contratuais;

VII. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido por comissão designada especialmente para esse fim.

5.6. Compete ao Fiscal do Contrato e, nos seus afastamentos e impedimentos legais, ao seu substituto, exercer a verificação concreta do objeto e, nos termos do art. 9º do Ato da Mesa Diretora nº 07/2023, em especial:

I. prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato com informações pertinentes as suas competências;

II. anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

III. emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexatidão ou irregularidade constatada, com a definição de prazo para a correção;

IV. informar ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem a sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;

V. comunicar imediatamente ao gestor do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas estabelecidas;

VI. fiscalizar a execução do contrato para que sejam cumpridas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, com a conferência das notas fiscais e das documentações exigidas para o pagamento e, após o ateste, que certifica o recebimento provisório, encaminhar ao gestor de contrato;

VII. realizar o recebimento provisório e definitivo do objeto do contrato, nos termos das disposições editalícias e/ou contratuais;

VIII. manifestar, quando for o caso, a intenção de renovação ou prorrogação contratual, após a comunicação do gestor sobre o término de contrato sob sua responsabilidade.

5.7. A Contratada será responsável pelos danos causados diretamente à Câmara ou a terceiros em razão da execução do objeto, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante, em conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA SEXTA - CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Da Medição:

6.1. Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, a Contratada apresentará a medição prévia dos serviços executados, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada, bem como relatório com todo mapeamento de execução com registro fotográfico.

6.1.1. O fiscal acompanhará a execução dos serviços de forma sistemática, devendo, juntamente com a Contratada, realizar a medição precisa dos quantitativos em campo. As medições devem ser rigorosamente precisas, uma vez que serão utilizadas como base para os pagamentos correspondentes.

Do Recebimento do Objeto:

6.2. Os serviços serão recebidos **provisoriamente**, ao final de cada etapa da execução contratual, pelo fiscal do contrato, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico.

6.3. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

6.3.1. A fiscalização não efetuará o ateste da medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

6.4. Os serviços serão recebidos **definitivamente**, pelo fiscal do contrato, ao final da última etapa da execução contratual, no prazo de até **15 (quinze) dias úteis**, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração.

6.4.1. O prazo para o recebimento definitivo poderá ser *excepcionalmente* prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais;

6.4.2. Na hipótese de o recebimento definitivo não ser procedido dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizado, consumando-se no dia do esgotamento do prazo.

6.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Projeto Básico e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133/2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

6.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

6.8. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do objeto nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

6.9. A aferição da execução contratual para fins de recebimento definitivo considerará os seguintes critérios:

6.9.1. Apresentação do certificado de garantia de no mínimo **15 (quinze) anos**;

6.9.2. Apresentação de ART – Anotação de Responsabilidade Técnica, referente aos serviços prestados.

Da Liquidação e do Pagamento

6.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, o pagamento será efetuado por meio de ordem bancária emitida por processamento eletrônico, a crédito do beneficiário, em conta bancária a ser indicada pela contratada em sua proposta, ou por meio de boleto bancário emitido pela contratada no prazo de até **5 (cinco) dias úteis** após o recebimento definitivo realizado pelo Fiscal do contrato nos termos do **item 6.4.**

6.11. A nota fiscal deverá ser emitida sem rasuras, contendo como beneficiário/cliente a Câmara Municipal de Pará de Minas, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 20.931.994/0001-77, com a descrição clara do objeto do contrato, data da emissão, valor a pagar, eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis e demais informações necessárias.

6.12. Havendo erro/inconsistência na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a contratada providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, não respondendo a Câmara por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação dos pagamentos correspondentes.

6.13. A contratada deverá manter a regularidade fiscal e trabalhista exigida durante a vigência do contrato.

6.13.1. Constatada situação de irregularidade fiscal e trabalhista da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, sem prejuízo do pagamento pelo fornecimento já efetuado, para, num prazo exequível, fixado pela Contratante, regularizar a situação, ou, no mesmo prazo, apresentar defesa, sob pena de rescisão contratual.

6.13.2. O prazo para regularização ou encaminhamento da defesa de que trata o subitem anterior poderá ser prorrogado à critério da Contratante.

6.14. O pagamento será efetuado de acordo com a Autorização de Fornecimento, por meio de ordem bancária emitida por processamento eletrônico, a crédito do beneficiário em conta bancária indicada pela Contratada.

6.15. Sobre o valor devido ao contratado, a Câmara efetuará as **retenções tributárias cabíveis**.

6.15.1. Em observância ao Decreto Municipal nº 13.047/2023, **a contratante procederá à retenção do Imposto de Renda ao efetuar o pagamento referente a qualquer bem ou serviço contratado**, conforme disposto na Lei Federal nº 9.430/1996, combinada com o teor da Instrução Normativa nº 1.234/2012 da Receita Federal, de acordo com as alíquotas estabelecidas nestes normativos.

6.15.1.1. O valor bruto da contratação e os valores de Imposto de Renda a serem retidos na operação **deverão ser informados** nas notas fiscais, nas faturas, nos boletos bancários ou em quaisquer outros documentos de cobrança que contenham códigos de barras, sob pena de devolução do documento para correção.

6.15.1.2. O pagamento será efetuado pela contratante pelo valor deduzido da respectiva retenção.

6.15.2. Caso a contratada esteja enquadrada dentre as hipóteses em que não haverá retenção, previstas no art. 4º da **Instrução Normativa nº 1.234/2012 da Receita Federal**, deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal/Fatura, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

6.16. No caso de eventual atraso de pagamento pela Contratante, e mediante pedido da Contratada, os valores devidos serão atualizados monetariamente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), desde o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização.

6.17. É vedado ao contratado transferir a terceiros os direitos ou créditos decorrentes do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE

7.1. Os preços inicialmente contratados são **fixos e irreajustáveis no prazo de um ano**, contado da data do orçamento estimado, que se deu em **02/09/2024**.

7.2. Após o interregno de um ano, e independente de solicitação do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela **CONTRATANTE**, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

7.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

7.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

8.1. Obrigações da Contratada:

8.1.1. Tomar todas as providências necessárias ao fiel cumprimento do Contrato;

8.1.2. Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pela Contratante, atendendo prontamente a quaisquer reclamações;

8.1.3. Executar os serviços conforme especificações do Projeto Básico e de sua proposta, com os recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais;

8.1.4. Arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e morais causados pela ação ou omissão de seus empregados, trabalhadores, prepostos ou representantes, dolosa ou culposamente, a Câmara Municipal ou a terceiros;

8.1.5. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos dos serviços a serem executados, de conformidade com as normas e determinações em vigor;

8.1.6. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Administração;

8.1.7. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas, quando for o caso;

8.1.8. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

8.1.9. Não permitir a utilização do trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito anos e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, nos termos do art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal;

8.1.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas;

8.1.11. Manter durante toda a vigência do contrato em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação/contratação;

8.1.12. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Projeto Básico ou na minuta de contrato;

8.1.13. Indicar, logo após a assinatura do contrato e sempre que ocorrer alteração, um funcionário com plenos poderes para representá-la, assim como para decidir acerca de questões relativas ao contrato, bem como para atender aos chamados do gestor e do fiscal de contrato da Câmara, principalmente em situações de urgência, com base em contato feito por meio de telefonia móvel ou outro meio igualmente eficaz;

8.1.14. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação/contratação;

8.1.15. Disponibilizar atendimento telefônico e/ou e-mail para efetuar as chamadas, quando da solicitação dos serviços, garantindo a execução dos serviços contratados nos dias úteis, sábados, domingos e feriados, inclusive após o fim do expediente laboral;

8.2. Obrigações da Contratante:

8.2.1. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente com as especificações contidas neste Termo e no Contrato, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

8.2.2. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

8.2.3. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

8.2.4. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos Contratada em relação ao objeto do Contrato;

8.2.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade da Contratada pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quaisquer danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatada;

8.2.6. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, na forma do contrato;

8.2.7. Decidir acerca das questões que se apresentarem durante a execução do contrato, se não abordadas no Projeto Básico;

8.2.8. Verificar a regularidade fiscal e proceder às consultas e emissões de certidões de que trata §4º do art. 91 da Lei nº 14.133/2021 antes da formalização do contrato ou prorrogação de sua vigência;

8.2.9. Verificar, previamente à celebração do contrato, o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante consulta no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), nos termos do §4º do art. 91 da Lei nº 14.133/2021;

8.2.10. Proporcionar acesso e movimentação do pessoal contratado às suas instalações;

8.2.11. Aplicar à Contratada as penalidades contratuais e regulamentares cabíveis;

8.2.12. Emitir, de forma explícita, no prazo de até **1 (um) mês**, contado da data do protocolo, admitida a prorrogação motivada por igual período, decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do objeto, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste, nos termos do art. 123 da Lei nº 14.133/2021;

8.2.13. Responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de **1 (um) mês**

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

9.1. É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

9.2. As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei n. 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual.

9.3. As partes responderão administrativa e judicialmente caso causarem danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos, aos titulares de dados pessoais repassados em decorrência da execução contratual, por inobservância à Lei Geral de Proteção de Dados.

9.4. Em atendimento ao disposto na Lei Geral de Proteção de Dados, o **CONTRATANTE**, para a execução do serviço objeto deste contrato, tem acesso a dados pessoais dos representantes da **CONTRATADA**, tais como número do CPF e do RG, endereços eletrônico e residencial e cópia do documento de identificação.

9.5. A **CONTRATADA** declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação com o intuito de proteger os dados pessoais repassados pelo **CONTRATANTE**.

9.6. A **CONTRATADA** fica obrigada a comunicar ao **CONTRATANTE** em até **24 (vinte e quatro) horas** qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei Geral de Proteção de Dados.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Serão consideradas infrações administrativas, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado e aceito pela Contratante;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do objeto;
- f) praticar ato fraudulento na execução do objeto;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- a) **advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;



- b) **impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- c) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave;
- d) **multa moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **45 (quarenta e cinco) dias**;
- e) **multa rescisória de 20% (vinte por cento)** sobre o valor do Contrato, em caso de inexecução parcial do contrato;
- f) **multa rescisória de 30% (trinta por cento)** sobre o valor do Contrato, em caso de inexecução total do contrato;

10.3. A aplicação das sanções não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

10.4. Todas as sanções previstas poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa, observados os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

10.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

10.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Contratante à Contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada de eventual garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

10.7. O descumprimento parcial ou total, por uma das partes, das obrigações que lhes correspondam, não será considerado como inadimplemento contratual se tiver ocorrido por motivo de caso fortuito ou de força maior, devidamente justificados e comprovados, cujos efeitos não eram possíveis evitar, ou impedir, nos termos do art. 393 do Código Civil.

10.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA

11.1. O prazo de vigência do contrato será de **06 (seis) meses**, a contar de sua assinatura, nos termos do art. 105 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES

12.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

12.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de **25%** (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

12.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, conforme art. 132 da Lei nº 14.133/2021.

12.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.2. Se as obrigações não foram cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará **prorrogada** até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Câmara providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

13.3. Quando a não conclusão do contrato decorrer de culpa da **CONTRATADA**:

a) ficará ela constituída em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

b) poderá a **CÂMARA** optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

13.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

a) Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

b) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.4.b.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

- a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c) Indenizações e multas.

13.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13.7. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento da Câmara Municipal de Pará de Minas para o presente exercício financeiro, na dotação abaixo discriminada:

01.009.01.031.1.4021 – MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO, REPAROS, CONserto, ADAPTAÇÃO NO PRÉDIO DA CÂMARA

Elemento / Ficha

33.90.39.00.44 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA

Subelemento:

3.3.90.39.14 – Manutenção e Conservação de Bens Imóveis

14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pela **CONTRATANTE**, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem sítio oficial da Câmara Municipal, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei nº 12.527/2011.

16.2. O contrato e seus aditamentos deverão ser divulgados em 20 (vinte) dias úteis, contados da data de sua assinatura, conforme o inciso I do art. 94 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

17.1. Fica eleito o foro da comarca de Pará de Minas, Estado de Minas Gerais, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/2021.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente documento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito.

Pará de Minas, ____ de _____ de 2024.

Presidente Câmara Municipal de Pará de Minas

Representante legal da Contratada